

**UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**RÁDIO COMUNITÁRIA: SEU PAPEL SOCIAL E SEU USO COMO  
INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO**

**OSWALDO MIGUEL**

**PIRACICABA, SP**

**2008**

**RÁDIO COMUNITÁRIA: SEU PAPEL SOCIAL E SEU USO COMO  
INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO**

**OSWALDO MIGUEL**

**ORIENTADOR: Prof. Dr. ELIAS BOAVENTURA**

**Dissertação apresentada à Banca  
Examinadora do Programa de  
Pós-Graduação em Educação da  
UNIMEP como exigência parcial  
para a obtenção do título de  
Mestre em Educação.**

**PIRACICABA, SP**

**2008**

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Elias Boaventura (orientador)**

**Prof. Dr. Francisco Kock Fontanella**

**Prof. Dr. Francisco Negrini Romero**

Dedico,  
à Maria Teresa,  
com carinho e amor.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador, prof. dr. Elias Boaventura, pelos ensinamentos, pela confiança e, sobretudo, pela oportunidade da convivência.

Aos professores do mestrado, em especial ao prof. dr. José Maria, pela competência, amizade e ensinamentos.

Aos professores da banca, prof. dr. Francisco Kock Fontanella e prof. dr. Francisco Negrini Romero.

Às funcionárias da secretaria pelo atendimento, amizade e compreensão.

A todos que contribuíram para mais um passo importante nessa minha caminhada.

*“O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq – Brasil”.*

## **RESUMO**

As rádios comunitárias, instaladas nos bairros periféricos, têm exercido importante papel social, vêm sendo utilizadas como instrumento de educação nas comunidades nas quais estão inseridas e sofrem forte coação por parte do governo e de proprietários de rádios convencionais. Esse estudo tem por objetivo conhecer a real função das rádios comunitárias. A pesquisa acontece na Rádio BlackOut e na Rádio Nova Cidade, em Piracicaba, e na Rádio Comunitária Heliópolis, instalada na cidade de São Paulo. Para a realização dos estudos foram aplicados questionários aos representantes das emissoras, buscando identificar a importância das rádios para membros das comunidades. A dissertação é baseada em duas linhas teóricas primordiais: a – a radiodifusão comunitária desempenha um papel importante para a sociedade à medida em que atua na formação de cidadãos por meio da sua programação, que veicula educação, notícias, cultura, esporte, políticas públicas e, principalmente, dá oportunidade para membros da comunidade se manifestarem; b – o tratamento recebido pela rádios comunitárias é excludente; as forças políticas hegemônicas atuam como se elas não tivessem o direito de ser um agente comunicacional. Com esse trabalho será possível lançar luzes para o debate sobre o importante papel das rádios comunitárias no processo de democratização de elementos sociais e educacionais.

**Palavras-chaves:** comunicação, rádio comunitária, educação, sociedade

## **ABSTRACT**

The community radio station service installed in the suburb area has had an important effect since it's been used as an instrument of education in the group they are inserted and are strongly coerced by the government and by the conventional radio station's owners. The main purpose of this study is to identify the real function of the community radio station service. The research takes place at Radio Blackout and Radio Nova Cidade, in Piracicaba, and Radio Comunitária Heliópolis, in São Paulo. For the studies, questionnaires were given to the station's representatives, trying to identify the importance of the radios for the community members. This work is based in two theoretical basis: - a – the community radio diffusion has had an important work in the society since it acts in the education and development of people through its broadcasting, which includes education, news, culture, sports, public politics, and specially it provides the opportunity for the community members to express themselves; b- the treatment received in the community radio service is excludent, the hegemonic politics strengths acts like if they have no rights of being a communication agent. This work will offer the opportunity to discuss the importance of the community radio stations service in the process of democracy of social and educational elements.

**Key-words:** communication, radio community service, education, society.

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	2
<b>CAPÍTULO I</b> .....	4
1. AS PRIMEIRAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO MUNDO .....	4
1.2. <i>Rádios Livres ou Piratas no Brasil</i> .....	7
1.3. <i>Rádio Livre Paulicéia</i> .....	9
1.4. <i>Rádio Pirata</i> .....	12
1.5. <i>Rádio Comunitária</i> .....	13
1.6. <i>Comunidade</i> .....	20
<b>CAPÍTULO II</b> .....	25
2. A FUNDAÇÃO DA CIDADE.....	25
2.1 <i>Rádio BlackOut</i> .....	27
2.2. <i>Rádio Nova Cidade</i> .....	32
2.3. <i>Rádio Comunitária Heliópolis</i> .....	35
<b>CAPÍTULO III</b> .....	38
3. O QUE ESTÁ ACONTECENDO.....	38
3.1. <i>Outorgas</i> .....	40
3.2. <i>Real função</i> .....	47
3.3. <i>O que se espera das rádios comunitárias</i> .....	49
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	54
<b>ANEXO I</b> .....	58
QUESTIONÁRIO PARA A RÁDIO BLACKOUT–JARDIM TATUAPÉ II.....	58
<b>ANEXO II</b> .....	62
QUESTIONÁRIO PARA A RÁDIO NOVA CIDADE - CECAP .....	62
<b>ANEXO III</b> .....	65
QUESTIONÁRIO PARA A RÁDIO COMUNITÁRIA HELIÓPOLIS .....	65
<b>ANEXO IV</b> .....	70
<b>ANEXO V</b> .....	75

## **INTRODUÇÃO**

Esse trabalho de pesquisa tem como proposta fazer um estudo de três rádios comunitárias, duas instaladas em bairros considerados periféricos de Piracicaba e a outra, vista como uma referência nacional nesse modelo de comunicação, funciona em Heliópolis, maior favela da cidade de São Paulo com cerca de 120 mil habitantes.

O estudo se apóia na hipótese de que as rádios comunitárias exercem importante papel social junto aos moradores das comunidades, nas quais estão inseridas. Argumentamos com a idéia de que, além de sofrerem coação por parte do governo através do Ministério das Telecomunicações, que determina se a emissora funcionará legalmente, ou seja, se terá autorização para ir ao ar via concessão ou se determina o seu fechamento, geralmente feito pela Polícia Federal, que apreende equipamentos radiofônicos das rádios instaladas. Além disso, recebem ainda forte pressão dos proprietários de rádios convencionais, que alegam sofrerem prejuízos com o funcionamento de emissoras dessa categoria como estamos admitindo.

O projeto tem como objetivo analisar essas questões, para saber se são procedentes e tenta lançar luzes nessa questão, pois entendemos serem falaciosos os argumentos apresentados, feitos em nome da ordem e da legalidade. Com isso o estudo visa dar uma contribuição àqueles, que lidam com as emissoras comunitárias, para melhor compreensão de suas reais funções em prol de uma comunidade.

O tema se faz relevante, uma vez que partimos do pressuposto de que as rádios comunitárias atuam como agências de educação informal junto às populações mais carentes e cumprem papel importante na reconstrução social

delas, à medida que possibilitam oportunidades de organização da comunidade, de divulgação de fatos jornalísticos, culturais e informações divulgadas o mais próximo possível de uma realidade vivenciada pelos moradores do bairro, proporcionando, assim, uma melhor qualidade de vida a todos.

Trata-se de um trabalho teórico-prático, que metodologicamente será tratado em três partes distintas e complementares:

No Capítulo I estudaremos as características das rádios comunitárias, sua origem no mundo e no Brasil; sua evolução, sua importância e os principais problemas enfrentados por elas. Para tanto serão consultados autores, que examinaram o assunto, e documentos de relatos das intervenções.

No Capítulo II faremos um trabalho de campo. Ouviremos diretores e responsáveis pelas referidas emissoras, para saber qual é o papel das rádios nas comunidades, como elas são recebidas pelos ouvintes e a influência que elas exercem sobre os moradores. Nessa fase, não temos a ilusão de neutralidade, conjugaremos esforços para que os sujeitos pesquisados se manifestem sem constrangimentos, através de questionário.

No Capítulo III estudaremos o que está acontecendo na radiodifusão, qual é a real função de uma rádio comunitária e o que se espera dessas emissoras.

Para finalizar, apresentam-se as considerações finais.

## **CAPÍTULO I**

### ***1. As primeiras rádios comunitárias no mundo***

Nesse primeiro capítulo há a intenção de fazer uma apresentação das rádios comunitárias no mundo e no Brasil: seu surgimento, sua trajetória, sua área de atuação e, principalmente, seu papel enquanto instrumento de educação.

A primeira rádio comunitária instalada no mundo de que se tem notícia foi implantada em Homa Bay, às margens do lago Vitória, no Quênia, em 1982. Essa foi a primeira tentativa da Unesco de instalar uma rádio, utilizando um novo tipo de material barato e de pouca potência. Os engenheiros utilizaram na montagem da rádio equipamentos, que podiam ser comprados no comércio a preços razoáveis. Eles criaram um receptor FM (Frequência Modulada) e um receptor-adaptador AM/SW para ondas curtas, destinados às comunidades locais, que os próprios interessados podiam montar.

Apesar do entusiasmo dos habitantes da região de Homa Bay por 'sua' rádio e do interesse pelos assuntos comunitários por ela despertado, a emissora foi desmantelada ao fim de dois anos. A primeira rádio comunitária do Quênia antecipara-se a sua época. Mas não foi uma experiência inútil: ficou demonstrado que as rádios comunitárias não eram utópicas nem inviáveis economicamente; a criação da Rádio Homa Bay só custara US\$ 25 mil. (ARNALDO, 1997, p. 33).

A segunda experiência realizada pela Unesco aconteceu em 1986, em Guirandurokotte (Sri Lanka). Segundo Arnaldo (1997, p. 33), o programa consistia na revitalização do rio Mahaweli, para acolher um novo centro de desenvolvimento. Naquela região a mortalidade golpeava as crianças quase tão duramente quanto o gado famélico. A Unesco e a Danida (Agência Dinamarquesa

para o Desenvolvimento Internacional) tinham a proposta de formar uma equipe itinerante de produtores de rádio para visitar as aldeias.

A fundação da Rádio Guirandurokotte, a primeira rádio FM permanente do país, foi um momento extraordinário do projeto. Construído por seus próprios técnicos, permitiu à equipe de produção estabelecer o diálogo com a população local. A Rádio nunca interrompeu suas transmissões desde 1986 e até hoje continua em atividade. Para o funcionamento de rotina, a equipe recorreu aos serviços de produtores e técnicos auxiliares da localidade. É a filha de um camponês quem abre as transmissões diariamente, informando a programação; outros participam como apresentadores ou auxiliares de produção. A emissora também apadrinhou um dispensário onde se transmitem noções elementares de higiene aos habitantes da aldeia, os quais, por sua vez, difundem esses conhecimentos através das ondas radiofônicas ou verbalmente entre si. Os apresentadores também estimulam os ouvintes a empreender atividades lucrativas, como o fornecimento de peixes para o mercado regional ou a gravação em cassete de canções e poemas folclóricos. A Rádio Guirandurokotte é realmente, no pleno sentido da palavra, uma rádio popular. (ARNALDO, 1997, p.34).

Ainda segundo Arnaldo (1997, p. 34), depois de 10 anos de experiências a rádio tinha novas propostas: apoiar através das rádios comunitárias de Welikande, Batticoloa, Tricomalee, os esforços pela paz, eram considerada um fator decisivo para o desenvolvimento nacional e o progresso das áreas rurais, para incitar as comunidades locais a assumir responsabilidades em matéria de comunicação e utilizar suas próprias instalações para impulsionar o desenvolvimento da coletividade, enfrentar os novos desafios culturais e instalar uma paz duradoura. Nesse sentido, o rádio é um instrumento que pode prestar serviço ao povo.

Também através do projeto Unesco/Danida das Rádios Comunitárias Tambuli, foi instalada em 1991 a estação de Banga, uma pequena comunidade rural da região de Aklan, nas Filipinas. Além dela, também foram implantadas mais quatro radioemissoras nas regiões mais remotas das Filipinas.

O projeto propunha total liberdade de ação aos membros das comunidades: são eles, que constroem a radioemissora, definem as principais diretrizes da

programação, a partir de um debate coletivo, e distribuem as tarefas entre os habitantes da aldeia.

Todos são voluntários. Lyn Villasis, por exemplo, que trabalha em um instituto de beleza, lê contos infantis na Rádio Manduyong (Banga), imitando a voz de cada personagem; uma parteira apresenta um programa sobre medicina; Nerrie, na Rádio Laurel (Batangas), comenta temas vinculados ao desenvolvimento, à limpeza da cidade e ao civismo; um agente de polícia dirige um programa semanal destinado a sensibilizar os ouvintes quanto à manutenção da ordem. (...) os habitantes de Banga saíram às ruas para cantar e com o dinheiro arrecadado compraram um aparelho de karaokê para a sua emissora. E pelas ondas da Rádio Ibajay, em Baranggay Bugtong Bato, Vicente Pagayonan surpreendeu a todos com suas melodias indígenas tocadas em uma flauta talhada em um cano de chumbo. A música, seja qual for, é sempre tocada com a mesma intenção: reafirmar que ela pertence à comunidade local, no contexto mais amplo da cultura nacional (ARNALDO, 1997, p. 35).

Em Banga, o aparelho de karaokê se tornou um acontecimento social; entre as improvisações musicais eram organizados debates ou entrevistas a autoridades locais para tentar resolver problemas da comunidade, uma espécie de assembléia pública transmitida pela rádio. Todas as demais emissoras comunitárias copiaram a fórmula e também promoviam, durante as sessões de karaokê, debates sobre temas de interesse geral como, por exemplo, irrigação, jogos de azar, serviços de socorro em caso de inundação ou ciclone, direitos de pesca, educação.

A ação das rádios comunitárias insufla nova vida a esses 'povos letárgicos', mantidos à margem dos planos de desenvolvimento. Foram elas que incitaram os cidadãos a pensar sobre seus problemas e resolvê-los com a ajuda – freqüentemente interesseira, mas nem por isso menos apreciada – das autoridades políticas e administrativas locais. Os debates transmitidos pelo rádio, além de exercerem uma pressão constante pela busca de soluções para os problemas da comunidade, também garantem que essas soluções sejam efetivamente aplicadas. As associações de cidadãos multiplicaram-se, e as famílias e os grupos de vizinhos iniciam novas atividades geradoras de renda. O diálogo com as autoridades torna-se mais construtivo. "Sem a Rádio Tambuli nada teria mudado aqui", reconheceu um funcionário municipal de Banga. "Foi a rádio que obrigou as pessoas importantes a escutarem os simples cidadãos". E um outro acrescentou: "Antes escutávamos o rádio, agora é ele quem nos escuta." (ARNALDO, 1997, p. 35).

Entende-se que desde as primeiras rádios comunitárias instaladas no mundo, em Homa Bay, Quênia, em Guirandurokotte, Sri Lanka e em Aklan, Filipinas, a preocupação sempre esteve voltada para as comunidades dos excluídos com a proposta de produzir uma mudança política e social, ou seja, melhorar a qualidade de vida de seus moradores. No Brasil não foi diferente, tanto que as rádios comunitárias tiveram seu início e, atuam até hoje, nas periferias dos centros urbanos.

## **1.2. Rádios Livres ou Piratas no Brasil**

Entende-se que a Constituição Federal de 1988 garante a todo cidadão brasileiro, com relação à comunicação, a institucionalização do direito a se informar: todo cidadão tem direito à informação, como um bem social e um direito fundamental e liberdade de pensamento, isso quer dizer, livre expressão da palavra, livre discurso oral ou escrito; direito de se informar e ser informado.

Porém, as reivindicações, para obter os direitos acima mencionados, começaram a partir do final dos anos 1970 com a abertura política, no final do governo João Batista Figueiredo. A luta para a difusão de informações via mídia não convencional teve início com os movimentos sindicais, profissionais e populares, que reivindicavam a adoção de medidas, para coibir a política de concessão de rádios e TV, permeada pelo comprometimento predominantemente político e econômico. Queriam que o poder público incorporasse um caráter mais igualitário e democrático à área da comunicação.

Pode-se afirmar que uma rádio é considerada livre ou pirata, quando ela realiza a radiodifusão sem outorga. Ela entra no ar e ocupa um espaço no *dial* na tentativa de se criar uma alternativa à hegemonia comunicacional vigente.

Segundo Chico Lobo (2004, p. 218), as primeiras rádios livres no mundo surgiram na França e na Itália no final dos anos 60, quando minorias discriminadas de refugiados, imigrantes, negros, anarquistas, homossexuais sentiu a necessidade de expressar suas idéias para seus iguais e setores da sociedade.

(...) essas minorias tiveram a idéia de se organizar em pequenos núcleos chamados de moléculas sociais (como dizia o filósofo francês Felix Guatari em seu livro “Revolução Molecular” e se utilizaram de um veículo de comunicação radiofônico de baixa potencia (até 50 watts em FM), chamado Rádio Livre, para organização de seus respectivos grupos ou difundir suas idéias. Na história das rádios livres européias houve centenas dessas rádios, mas não podemos esquecer das mais destacadas: “Rádio Alice”, em Bolonha na Itália; e “Rádio Tomate”, na França... Estas que se destacaram pela durabilidade de suas vidas e pela notabilidade de suas organizações. Na Itália, esse tipo de rádio se adequa ao perfil mais politizado. É nesse país que nasce o conceito de rádio livre. Faziam muito jornalismo, veiculavam programas de debates. Eram vinculadas a grupos de base, minorias e marginalizados. Também na Itália, as rádios livres foram para combater um monopólio, desta feita da RAI. (CHICO LOBO, 2004, p. 218).

Para Lopes (2005, p.8) o padrão das rádios livres tem características similares ao das emissoras convencionais. Com poucas exceções, as rádios sem concessões buscavam se manter no ar através da publicidade de anunciantes locais e, para proprietários de rádios convencionais, concorriam pela audiência com as mesmas armas das rádios outorgadas.

Já Peruzzo (1998, p. 6-12), argumenta que: as motivações, que levaram ao surgimento desse estilo de rádio livre, pautadas primordialmente pelo estabelecimento de canais alternativos de informações, foram as mais diferentes: ideológicos, políticos, interesses de classes, movimentos de minoria, movimentos sociais, motivação religiosa. Mas, apesar da diversidade de motivações, uma característica básica une todas as rádios livres – até mesmo aquelas instaladas por motivos exclusivamente comerciais – a contestação ao sistema vigente de comunicação de massa.

Ainda segundo Peruzzo (1998, p. 3), as primeiras experiências de rádio livre no Brasil aconteceram em Vitória (ES), em outubro de 1970, com a Rádio Paranóica. Seguem a Rádio Spectro, em Sorocaba (SP), em 1976, e a RGG- Rádio Globo de Criciúma (SC), em 1978. Porém, nesse momento as rádios livres não tinham envolvimento com grandes causas sociais ou políticas, a proposta era se divertir.

A partir daí, surgiram centenas de emissoras consideradas livres. São Paulo tinha dezenas delas em 1985 como, por exemplo, Rádio Totó, Rádio Xilik e Rádio Livre-Gravidade.

### **1.3. Rádio Livre Paulicéia**

O bairro Paulicéia, em Piracicaba (SP), viveu uma experiência significativa de 14 de julho de 1990 a 03 de abril 1992, com o funcionamento da Rádio Livre Paulicéia, instalada no prédio do Centro Comunitário do bairro. Ela operava com 10 Watts de potência , não tinha fins lucrativos, era de propriedade dos moradores do bairro e gerida por um conselho coordenador escolhido pelo voto. As discussões sobre o papel da rádio e o que iria ser veiculado contavam com a participação de 120 pessoas.

Tudo começou quando a prefeitura organizou um “Mutirão Participativo e Solidariedade” e enfrentava dificuldades para mobilizar os moradores dos bairros Paulicéia, Nova Paulicéia, Bairro Verde e Vila Verde. “Como órgãos ligados à prefeitura, os vários Centros Comunitários da cidade participavam das atividades dos bairros, mas enfrentavam a dificuldade de envolver os moradores para a realização de atividades que necessitavam de um trabalho coletivo, como no caso dos mutirões” (GUEDES, 1995, p. 70).

Para aglutinar e organizar os moradores das comunidades foi produzido um jornal, denominado Jornal da Paulicéia, a Rádio Livre Paulicéia e a TV Livre do Centro Comunitário, sob a orientação de Joel de Oliveira e Naomi Torigoi e funcionários públicos. O que era esperado aconteceu, o jornal teve uma edição e a

TV parou de funcionar. Mas, a rádio, enquanto esteve no ar, cumpriu seu papel de instrumento de mobilização, aglutinação e educação.

Segundo Guedes (1995, p. 71), a filosofia de ser instrumento coletivo é que orientou o funcionamento da Rádio, contando com a colaboração coletiva dos moradores. Os equipamentos, inicialmente emprestados, passaram a ser adquiridos através de doações, da realização de festas para arrecadação de fundos para a compra de peças. Quando a Rádio se desenvolveu, não era mais aceito o empréstimo de quaisquer equipamentos, uma vez que não se pretendia o vínculo de proprietário. Os discos eram de moradores, que emprestavam durante a programação.

A Rádio começou a “bater” a audiência de várias rádios da cidade, que conta com 4 FMs e 3 AMs, funcionando em moldes convencionais. Ela passou a se assumir como um instrumento coletivo de expressão de uma população marginalizada, considerando-se que os moradores do bairro têm características típicas de pobreza, além de serem negros, sendo mal vistos na cidade. Joel argumenta que quando se quer xingar alguém, basta dizer que a pessoa é da Paulicéia (GUEDES, 1995, p. 73).

O bairro Paulicéia está localizado cerca de cinco quilômetros do centro de Piracicaba. Na sua formação, a maioria da população era constituída por afro-descendentes. Nos carnavais dos anos 60 e 70 o bairro era representado pela Escola de Samba Cordão da Paulicéia, cujos integrantes na sua maioria eram negros. Daí a conotação de que, quando se quer xingar alguém, basta dizer que é da Paulicéia.

A Rádio tinha 53 programas, totalizando 120 horas semanais de atividades e difundia os mais variados estilos musicais, questões religiosas, debates, entrevistas, notícias, especialmente as relacionadas à comunidade e as destinadas às crianças. Entretanto, predominava a música *black*. O destaque da programação eram os programas infantis, uma exigência feita pelas próprias crianças. Assim, nasceram os programas Dinamite Júnior, Explosão Júnior e Criança Livre.

Além disso, a Rádio também fazia transmissões ao vivo de vários acontecimentos: (...) assim, a Semana de Jornalismo da Universidade Metodista de Piracicaba – UNIMEP, o show do cantor Ndee Naldinho e um debate entre os comandantes da polícia civil e militar que estavam “brigando” na cidade”.(GUEDES, 1995, p.73).

Para os dias 04 e 05 de abril de 1992 estava programado no Centro Comunitário um Seminário de Comunicação, que contaria com a presença do jornalista e professor de Ética e Legislação, da ECA/USP, José Carlos Rocha, do jornalista especializado em jornal, rádio, TV e formas alternativas, comunicação popular e comunitária, membro do Comitê Nacional de Comunicação, Frederico Barbosa Ghedini, entre outros.

Porém, no dia 03 de abril, às 16h45, a Polícia Federal de Campinas, acompanhada de duas viaturas do Grupo Armado de Repressão a Roubos e Assaltos (Garra) e uma viatura da Rede Globo interditaram o prédio, no qual estava instalada a Rádio, lacraram o cabo da antena, levaram equipamentos e todos os discos. O locutor Demétrio Chiemente, que fazia uma programação de pagode no horário, também foi levado, para prestar depoimento na Polícia Federal de Campinas. Ele foi solto após o pagamento de fiança.

A reportagem da Rede Globo estava junto com os policiais o que leva Joel de Oliveira acreditar que a busca partiu dela em função da Rádio estar promovendo o `Seminário de Comunicação´ que acontece hoje e amanhã no Centro Comunitário. Segundo Oliveira, nada vai impedir que o seminário aconteça. Discutir o problema dos meios de comunicação alternativos e a posição que eles ocupam dentro da sociedade é o principal tema do Seminário de comunicação que acontece hoje. (O DIÁRIO, 1992, p. 9-10).

Cabe ressaltar a importância e o destaque que o jornal O Diário deu na cobertura do fato em defesa da Rádio e da comunicação democrática. Foi publicado, em nota de rodapé, na edição do dia 04 de abril de 1992, um dia após o fechamento da Rádio pela Polícia Federal, a seguinte nota:

As Rádios Livres têm enfrentado com a visão transmitida pela grande mídia e pelos órgãos de fiscalização e repressão que as classificam de forma pejorativa, a fim de desacreditar as iniciativas e suas propostas concretas, e as mais utilizadas são as que chamam as Rádios Livres de 'rádios clandestinas' e 'rádios piratas'. Além de sempre alegarem uma série de motivos técnicos subjetivos para respaldarem suas ações, como interferências nas comunicações aéreas, marítimas, telefônicas, televisivas e radiofônicas. Aqui é importante ressaltar que as três rádios livres que foram apreendidas nos últimos anos, que é o caso da Rádio Livre Novos Rumos, a Rádio Livre Reversão e a Rádio Livre Paulicéia, não existem qualquer prova de que as mesmas estivessem promovendo esse tipo de interferência, mas o que motivou a apreensão dessas rádios foi o fato de elas estarem atingindo a população com programações onde elas próprias eram o agente principal da ação destas rádios. O motivo então só pode ser o da ação social, que no Brasil sempre vira caso de polícia. Mas, um aspecto positivo a ressaltar no caso do fechamento da Rádio Livre Paulicéia, foi a maneira como a imprensa escrita de Piracicaba tratou a questão, como dá pra se notar, em nenhuma das matérias a Rádio Livre Paulicéia foi tratada como 'clandestina' ou 'pirata', sinal de que o trabalho desenvolvido pela Rádio, já tinha o reconhecimento da população de Piracicaba e da imprensa escrita. Mas, a TV Campinas, repetidora do sinal da Globo, veio com toda a balela de clandestina, causadora de interferências, coisas que a Rádio Livre Paulicéia nunca causou. O DIÁRIO (1992: p. 9-10).

#### **1.4. Rádio Pirata**

No Brasil, o termo pirata é utilizado para identificar algum objeto irregular, fora da lei. Portanto, uma rádio que funciona sem a autorização do governo é considerada uma rádio pirata. Mas a qualificação também é usada na indústria de produção cultural quando existe cópia de uma mídia não autorizada, nesse caso, costuma-se dizer: cd ou dvd pirata.

Segundo Boffetti (2008, p. 1), o termo rádio pirata surgiu no final dos anos 50, na Europa, num período em que não havia rádios comerciais porque todo sistema era público. Algumas rádios se instalaram e passaram a emitir seus sinais em navios ancorados em alto mar fora do controle das milhas marítimas. Os

navios costumavam usar bandeiras negras, símbolo dos corsários. Daí a conotação com os piratas.

No Brasil o termo foi adaptado sem a preocupação com sua origem, principalmente no Rio de Janeiro, a identificar estações de rádio irregulares. Em São Paulo, o termo também foi usado na década de oitenta por algumas emissoras, mas logo depois descaracterizado. Nas poucas iniciativas que se tem notícia em 1990, no Rio de Janeiro, a emissora ilegal confundia emissões clandestinas com Pirata já que algumas iniciativas procuravam emitir sem permitir a identificação tinham uma característica político-partidária.... Em alguns registros fotográficos e vídeo os participantes dessas poucas emissoras apresentavam-se fantasiados e mascarados de piratas. O termo pirata passou a ser usado como pejorativo quando é ilegal pelos proprietários de grandes emissoras e pela indústria cultural para identificar cópias ilegais de seus produtos em música e cinema. (PIGATTI, 2003, p. 1).

#### **1.4. Comunitária**

Entende-se que as rádios comunitárias desempenham um importante papel para membros da comunidade na qual ela está inserida, à medida que, através dos programas ali veiculados, os moradores possam adquirir conhecimentos que os façam exercer a plena cidadania.

Segundo Peruzzo (2001, p. 127), a rádio comunitária pode fazer com que a comunidade se organize ao transmitir conteúdo informacionais e culturais e possibilitar através dessas questões, a prática da participação nos mecanismos de planejamento, produção e gestão. Contribuindo, assim, para a construção da cidadania já que os membros da comunidade terão maior compreensão das relações sociais, dos mecanismos da estrutura do poder, dos assuntos públicos do país e, principalmente, discutir os problemas locais.

Entretanto, as rádios comunitárias têm enfrentado muita resistência para cumprir esse papel. São duas as frentes que emperram a sua caminhada: de um lado, está o governo que é quem autoriza o seu funcionamento através de concessão, e de outro, os donos das rádios convencionais.

Segundo o site da Brasildefato (2006, p. 1), no segundo semestre de 2005, foram fechadas 1200 rádios. Nos oito meses do ano de 2006, a Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel) fechou 800 emissoras de rádio consideradas comunitárias. Desses números, a Anatel não sabe informar quais tinham, de fato, caráter comunitário.

Para se ter uma idéia da morosidade, que está é a tramitação dos papéis para legalização de uma rádio comunitária, toma-se como exemplo a Rádio Heliópolis, instalada na favela do mesmo nome, a maior de São Paulo, com 125 mil habitantes.

Depois de 14 anos em funcionamento, sendo uma referência de comunicação democrática e popular no país, a rádio foi fechada em julho deste ano, pela Polícia Federal e pela Anatel, por determinação do juiz Hélio Egydio de Matos Nogueira, da 9ª. Vara Criminal Federal de São Paulo, pois não possuía concessão, alvará de funcionamento.

Entretanto, os documentos para a legalização da rádio haviam sido enviados ao Ministério das Comunicações há oito anos, sem obter nenhuma resposta. Álvaro Malaguti, membro da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc) afirma:

A morosidade no caso de Heliópolis é padrão e que justamente por conta dessa incompetência do Estado em resolver a questão é que os comunicadores acabam sendo forçados a atuar na ilegalidade. A Heliópolis se tornou presente na dinâmica social daquela área. Foi fruto da organização da associação de moradores, um exemplo de rádio com excelentes projetos políticos educacionais. A sociedade não pode ser penalizada pela incompetência do Estado, pela sua limitação e deficiência (BRASILDEFATO, 2006, p. 1).

Em relação aos proprietários de rádios convencionais, eles se manifestam isoladamente, alegando sofrerem prejuízos, principalmente com a interferência nos sinais, ou se pronunciam através de associações como, por exemplo, a Associação Mineira de Rádio e Televisão (AMIRT). O presidente desta entidade Eurico Gode, citado por PERUZZO (1998, p. 7), afirma que: “as rádios piratas causam interferência no sinal das estações legalmente constituídas e perpetram uma concorrência desleal com empresas idôneas, que recolhem impostos e cumprem suas responsabilidades sociais”.

Além disso, uma rádio comunitária situada nas proximidades do Aeroporto de Congonhas foi acusada, através do discurso midiático corporativista na defesa de interesses econômicos e políticos, de interferir no sistema de comunicação e navegação de uma aeronave da TAM (Transporte Aéreo Marília), em 31 de outubro de 1996, e causado sua queda.

É estranho que pequenas emissoras, que funcionam com baixa potência, no máximo 50 Watts, venham a causar esse tipo de desarranjo nos aviões de carreira. Não podemos imaginar que grandes empresas aeronáuticas, como a Boeing e a Folker, fossem tão ingênuas ou irresponsáveis para deixar sair de seus hangares aeronaves com tamanha vulnerabilidade nos sistemas de navegação (CHICO LOBO, 1997, p. 4).

Segundo Silveira (2001, p. 5), o Estado, através dos responsáveis por esse setor, conta com um serviço especial, chamado Grupo Especial de Inspeção em Vôo (Geiv), que verifica regularmente a condição de funcionamento dos sistemas, que auxiliam a navegação aérea. Diante da inspeção realizada, a possibilidade de ocorrência de acidentes é minimizada, pois o Geiv retira de operação todo e qualquer sistema de radionavegação e comunicação, que esteja abaixo dos padrões estabelecidos, para se ter segurança. Para voltar a operar, existe a necessidade de uma nova inspeção por parte do órgão responsável e a verificação de que o problema foi resolvido.

Porém, a realidade parece ser outra e está bem distante de interferências em sinais e deslealdade na concorrência em busca de anunciantes:

As rádios convencionais têm receio da pulverização da audiência e da conseqüente perda de anunciantes. A prática tem demonstrado que pequenas emissoras comunitárias têm conseguido índices de audiência e de aceitação pelas comunidades locais. Primeiro porque desenvolvem uma programação sintonizada com os interesses, cultura e problemática locais. Segundo porque têm revelado grande capacidade de inovar programas e linguagens, o que as diferenciam das FMs tradicionais. Terceiro porque acabam revelando grande potencial de atrair os anunciantes locais tanto pelo preço mais baixo das inserções, quanto pela possibilidade da alta segmentação de mercado, ou seja, atinge diretamente o público-alvo do anunciante local (PERUZZO, 1998, p. 8).

Para Silveira (2001, p. 230), a repressão contra as rádios comunitárias está diretamente ligada a grupos do poder dominante: “o que está em jogo, nessa ânsia de se calar as rádios comunitárias, é o desejo de se manter o predomínio político e, conseqüentemente, o econômico do grupo dominante. Naturalmente, somente os tolos não sabem, ou fingem não saber, que a informação é poder. E poder político muito forte”.

Peruzzo (1998, p. 8) argumenta ainda que as rádios comunitárias são portadoras de um conteúdo político, que assusta os três poderes constituídos:

Elas subvertem o poder exercido pela oligarquia local ou desmascaram seu caráter antipopular. (...) O grande perigo das rádios comunitárias está na cidadania que ela faz despertar no ouvinte, ao promover a troca de papéis: de ouvinte, o cidadão passa a falante e os mandões locais (...) de falantes a ouvintes (...) É insuportável aos membros do Poder Judiciário, por exemplo, ouvir depoimentos de trinta ou cinquenta queixosos, de que as filas à porta dos tribunais de pequenas causas não avançam.

A rádio comunitária se caracteriza como sendo um tipo especial de emissora de rádio FM, sua potência está limitada a, no máximo, 25 watts, atingindo uma abrangência de aproximadamente um quilômetro, a partir da sua antena transmissora, que pode ter 30 metros de altura.

De acordo com a Lei 9.612 de fevereiro de 1998, a concessão para a instalação de uma rádio comunitária só será permitida a Associações Cívicas e Fundações, sem fins lucrativos, com sede na localidade onde está inserida. Além disso, no seu artigo 4º estabelece que a programação das emissoras de radiodifusão comunitária deverá seguir os seguintes critérios: preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade; promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida; respeito dos valores éticos e sociais das pessoas e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

A história da rádio comunitária no Brasil começou a ser construída em 10 de abril de 1995, quando o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, recebeu em audiência representantes de rádios comunitárias e livres. Houve um reconhecimento público do Ministério das Comunicações que:

Reconheceu a existência de milhares de emissoras de baixa potência em todo o País, operando sem licença do Poder Público e da necessidade de se criarem, com urgência, regulamentos que pudessem tornar tal fenômeno social amparado legalmente. Tanto o encontro como o reconhecimento dessa realidade foram fatos inéditos na história da radiodifusão brasileira e demonstravam que, finalmente, o Estado começava a dar sinais de que enfim seria criada uma legislação para a radiodifusão em baixa potência (LOPES, 2005, p. 11).

Um ano após a fala do ex-ministro Sérgio Motta, havia sete Projetos de Lei em tramitação no Congresso Nacional propondo a regulamentação das rádios comunitárias. Com a publicação da Norma complementar no. 2, em 07 de agosto de 1998, no Diário Oficial da União e a designação do Canal 200 (87,9 MHz), como frequência única para a atividade de radiodifusão comunitária. Assim, foi dado o ponta pé inicial para a regulamentação das rádios já existentes e que

operavam na clandestinidade. Também era um incentivo para os que tencionavam implantar esse veículo de comunicação na comunidade, onde atuavam.

Depois de quase 70 anos de rádio no Brasil, e 34 anos após a promulgação do Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62), finalmente a radiodifusão comunitária gerou a preocupação de se criarem aparatos legais que a tornassem legalmente estabelecida e, assim, reconhecida pelo Poder Público (LOPES, 2005, p. 12).

Atualmente o número das rádios comunitárias existentes no Brasil não é consensual. Segundo o jornal Gazeta Mercantil (2001, p. A-13), em 2001 existiam 12.000 mil rádios, que se intitulavam comunitárias. Destas somente 24 tinham concessões do Ministério das Comunicações. Naquele período, o órgão governamental analisava 5,5 mil pedidos de licença. De 1999 a 2001, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) havia fechado 4.611 estações de rádio, sendo que 90% delas eram comunitárias. Cerca de 4,5 mil rádios estão acionando a Anatel na justiça.

A pesquisadora Peruzzo (1998, p. 2), também afirma que os números são controversos. Segundo ela: “para uns 5.500 para outros 7.000, mas existem estimativas que falam na existência de 10.000 emissoras no país”.

Para Silveira (2001, p. 5), o número é maior ainda: “atualmente, acredita-se que existam cerca de 20.000 mil rádios comunitárias operando em baixa potência (geralmente de 25 a 100 watts ERP) nos municípios, sem autorização do governo. Metade delas já requereu essa autorização que, entretanto, não vem com regularidade e em tempo razoável”.

De fato, 7.000, 10.000 ou 20.000 rádios comunitárias podem ser vistos como números consideráveis, se compararmos com o número de rádios existentes em cada cidade brasileira, mesmo as capitais. Manzano citado por Peruzzo (1998, p. 11), esclarece que: “atualmente existem menos de 5.000 emissoras comerciais AM e FM no país – três mil pertencem a políticos e as

demais são ligadas a famílias de empresários das comunicações ligadas a políticos -. E, do ponto de vista tecnológico, ou seja, no espectro radioelétrico brasileiro de frequência modulada – é nessa frequência que operam as comunitárias -, cabem 100.000 emissoras, pelo sistema analógico. Se considerarmos o sistema digital, de tecnologia já dominada, o número é praticamente ilimitado. Fica claro que a não regulamentação e os limites que vêm sendo impostos são mais por uma questão de ordem política do que técnica”.

Nota-se que o uso democrático dos meios de comunicação social, especialmente o rádio, é de fundamental importância para um avanço significativo na conquista da cidadania através da construção de mecanismos de libertação. A rádio comunitária é o veículo no qual a classe popular pode se expressar, é o canal de conscientização, mobilização, informação, manifestação cultural e educação.

A comunicação comunitária está ligada à luta do povo e tende a converter-se em um processo dialético entre a teoria e a prática. Deve estar veiculada à luta pela conscientização [e integrada] num processo de luta com a perspectiva de [uma] nova sociedade (PERUZZO, 1998, p.2).

Silveira (2001, p.231), também compartilha dessa idéia e argumenta que, objetivamente, as rádios comunitárias contribuem para a preservação da língua portuguesa e das raízes culturais locais, da tradição e dos costumes, além de facilitar a descoberta de talentos voltados para a música, locução radiofônica e líderes políticos, que o debate público revelará:

As grandes lideranças nacionais não mais surgirão a partir de indicações de amigos para o exercício de elevados cargos públicos, mas pela gradual e testada ascensão do político, que escalará a pirâmide do poder a partir do epicentro municipal (SILVEIRA, 2001, p. 231).

Argumenta-se aqui que o autor está se referindo no sentido de que, através das rádios comunitárias e da ativa participação dos membros de uma comunidade organizada poderão surgir líderes eleitos pelo bairro, no qual atuam.

Entende-se que as rádios comunitárias podem dar uma importante contribuição no desenvolvimento social do país e, conseqüentemente, na construção da cidadania de pessoas excluídas socialmente. Por isso, elas fazem parte de um movimento nacional com participação em associações, fundações, sindicatos, entre outros, com sede em praticamente todos os Estados da Federação. Tamanha é a sua importância que existem entidades representativas de seus anseios, tais como a Associação Mundial de Rádios Comunitárias sub-região Brasil – AMARC Brasil, uma associação de coordenação, cooperação, consulta, intercâmbio e promoção para rádios comunitárias em todo o mundo. É reconhecida como organismo não-governamental internacional (ONGI), de caráter laico e sem fins-lucrativos. A missão da AMARC consiste em promover a democracia na comunicação, especialmente no rádio, para favorecer a liberdade de expressão e contribuir para o desenvolvimento igualitário e sustentável das sociedades. Na América Latina a AMARC se divide sub-regiões: América Central, Caribe, México, Países Andinos e Brasil. A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), e associações estaduais: Associação das Rádios Comunitárias do Ceará (ARCOCE) e Associação Paulista de Radiodifusão Local Comunitária (APERLOC).

## **1.5. Comunidade**

Diante das idéias acima expostas, entende-se ser importante para o debate a definição dos locais onde as rádios comunitárias estão instaladas, ou seja, na comunidade. Segundo o dicionário Aurélio, comunidade significa qualidade do que é comum, sociedade, lugar onde residem indivíduos agremiados, comuna.

No debate sobre a caracterização de comunidade, vários pesquisadores têm dado a sua contribuição. Segundo Fernandes (1994, p. 33), o trabalho comunitário é uma expressão das mais correntes entre aqueles que circulam pelo terceiro setor. Mostra a plenitude de uma atividade localizada, de dimensões razoavelmente pequenas e personalizada. Ser local, pequena e personalizada são características que, nesses meios, emprestam valor à comunidade.

O trabalho neste plano, ainda quando modesto, carrega uma inequívoca aura positiva. Quem a ele se dedica está mais perto, supõe-se, da `realidade` que importa – lá onde as pessoas estão, supostamente, mais à vontade, mais segura de si, e portanto em certo sentido mais verdadeiras. (...) O interesse pelas `bases` antes do interesse pelas `cúpulas` não tem em si nada de evidente ou natural. (...) mas basta entrar numa catedral para perceber que olhar para cima pode ser mais gratificante do que olhar para baixo. Aos pés de uma hierarquia, o rés do chão costuma ter interesse menor, ou ganha mesmo conotações francamente pejorativas. Valorizar a `comunidade`, nestes termos, implica inverter os padrões hierarquizantes e, no limite, romper com eles (FERNANDES, 1994, p. 33).

Para esclarecer o termo comunidade, o autor faz uma relação entre trabalho, moradia e urbano. Para Fernandes (1994, p. 34), a comunidade é formada por um grupo de famílias e está limitada a um local de moradia. Estar perto de casa e, ao menos nos centros urbanos, longe do local de trabalho. Já nos meios rurais isso não ocorre, porque casa e trabalho costumam compor um espaço diferenciado, porém contínuo. Em se tratando de cidade, no entanto, o gosto pela `comunidade` acompanha um certo distanciamento do assim chamado `mundo do trabalho`.

Já Marcondes Filho (1991, p.155), argumenta que o debate sobre “comunidade” como forma de organização social tornou-se mais intenso com o advento da sociedade industrial capitalista. As pesquisas de Morgan sobre comunidades primitivas, os comentários de Engels em A Origem da Família, da Propriedade e do Estado deram os primeiros elementos para que fossem colocadas as questões sobre comunidade como contraposição à sociedade.

Para ele, uma comunidade caracteriza-se por determinações quanto à estrutura, à dinâmica interna e ao indivíduo nela situado. E afirma: “o indivíduo, sem sombra de dúvida, é o centro da comunidade. Aqui instala-se a negação da sociedade ‘de massa’ burguesa, com seus mecanismos de despersonalização, desorientação, desarticulação, anonimato, reações isoladas, fugas de diferenciação, *status*, destaques etc.” (MARCONDES FILHO, 1991, p. 159).

Para Bueno citado por Marcondes Filho (1991, p. 158), ser negro, judeu, japonês etc., não é fator suficiente para definir uma “comunidade negra”, “judia”, “japonesa”. Segundo ele, estes são, enquanto raças e tipos étnicos, somente grupos diferentes na sociedade. Não basta, portanto, a existência de uma característica básica comum. Este é apenas o laço de união, e não o sentido da ligação.

Entende-se, então, que, quando se fala em comunitário ou se conceitua o termo “comunicação comunitária” dentro de uma comunidade, entende-se estar argumentando sobre interesses populares; informações a partir das mídias não convencionais; propostas de transformação social, ou seja, a construção de uma sociedade mais justa e a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como sujeito do processo. Pode-se afirmar, então, que estamos falando dos excluídos socialmente, dos marginalizados.

A sociedade afasta e descaracteriza o cidadão, a partir do momento em que as relações sociais no capitalismo têm um caráter de mercadoria que reduz as relações a devaneios. A sociedade, portanto, cria relações abstratas e vazias entre as pessoas. Uma comunidade aparece aí como aquela forma de organização que reúne as pessoas e resgata a sociabilidade perdida. Esse é o sentido produtivo que se deve atribuir hoje ao fenômeno comunidade. (MARCONDES FILHO, 2001, p. 158).

Durante o regime militar nos anos 70, a expressão comunidade ganhou peso, à medida que foi reduzida ao mínimo a participação cívica no Estado e nas empresas. Era preciso que se olhasse para outra direção: justamente para as comunidades, ou seja, para as bases.

Se agir sobre a sociedade como um todo já não era possível, quem sabe então as transformações pudessem ser preparadas, numa outra escala de tempo, trabalhando-se pelas `bases´ do edifício social. (...) A ditadura não ocupava todos os espaços por igual. Sendo militar, não tinha acesso direto à intimidade das instituições. O trabalho comunitário escapou aos controles, portanto, e pode se expandir mesmo sob o regime. Enquanto a polícia perseguia militantes políticos e vigiava os sindicatos, um outro tipo de militância encontrou terreno fértil por onde se difundir. A novidade da fórmula salvou-a das prevenções policiais. Ninguém o planejou, mas foi assim que aconteceu. (FERNANDES, 1994, p. 34-35).

Segundo Fernandes (1994, p.34), o trabalho comunitário típico desenvolvido nesse período é composto de muitas reuniões com pessoas sentadas em círculo ressaltando a relação face a face, numa comunicação igualitária e eminentemente conceitual.

Para Bauman (2001, p. 7), a palavra comunidade sugere uma boa coisa: o que quer que “comunidade” signifique é bom ter uma comunidade, estar numa comunidade. Para ele, comunidade é um lugar “cálido”, um lugar confortável e acolhedor:

É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado. Lá fora, na rua, toda sorte de perigo está à espreita; temos que estar alerta quando saímos, prestar atenção com quem falamos e a quem nos fala, estar de prontidão a cada minuto. Aqui, na comunidade, podemos relaxar – estar seguro, não há perigos ocultos em cantos escuros (com certeza, dificilmente um ‘canto’ aqui é ‘escuro’). Numa comunidade todos entendemos bem, podemos confiar no que ouvimos, estamos seguros na maior parte do tempo e raramente ficamos desconcertados ou somos surpreendidos. Nunca somos estranhos entre nós. Podemos discutir – mas são discussões amigáveis, pois todos estamos tentando tornar nosso estar juntos ainda melhor e mais agradável do que até aqui e, embora levados pela mesma vontade de melhorar nossa vida comum, podemos discordar sobre como fazê-lo. Mas nunca desejamos má sorte uns aos outros, e podemos estar certos de que os outros à nossa volta nos querem bem (BAUMAN, 2001, ps.7-8).

Ainda segundo Bauman (2001, p. 8), numa comunidade podemos contar com a boa vontade dos outros. Quando estivermos passando por dificuldades, ninguém se alegrará com a nossa desgraça, pelo contrário, as pessoas não pedirão fiança, antes de decidirem se nos ajudarão; não perguntarão como e quando retribuiremos, mas sim, do que precisamos.

É nesse contexto que está inserida a rádio comunitária. Sendo assim, ela se caracteriza como um importante instrumento educativo, possibilitando, nesse processo, uma reivindicação mais ampla no desenvolvimento social, constrói valores, aumenta a consciência de membros da comunidade; conseqüentemente, faz com que o cidadão perceba e lute pelos seus direitos através do novo olhar, que se terá com relação ao mundo.

No segundo capítulo, a intenção dessa pesquisa é compreender a situação real das rádios comunitárias Nova Cidade, instalada no bairro Cecap, periferia de Piracicaba, a rádio BlackOut, em funcionamento no Jardim Tatuapé, também implantada na periferia da cidade e a Rádio Comunitária Heliópolis, instalada na favela com o mesmo nome, e a maior de São Paulo com cerca de 120 mil habitantes. Para tanto, pretende-se fazer pesquisas através de questionários com diretores das referidas emissoras.

## CAPÍTULO II

### **2. A fundação da cidade**

Em 1766, o capitão-general de São Paulo, D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão, determinou para o capitão Antônio Corrêa Barbosa que fundasse uma povoação na foz do rio, já chamado pelos moradores do local de rio Piracicaba, que na língua tupi-guarani quer dizer “lugar onde o peixe pára”<sup>1</sup>. Entretanto, o capitão optou por um espaço onde já habitavam os índios Paiaguás e alguns posseiros, à margem direita do rio na altura do salto, um local onde existe uma queda d’água, a aproximadamente 90 quilômetros do lugar determinado pelo capitão-general. O povoado seria ponto de apoio às embarcações que desciam o rio Tietê e daria retaguarda ao abastecimento do forte de Iguatemi, que fazia fronteira com o Paraguai. (JORNAL DE PIRACICABA, 2003, p. 8).

Para o Jornal de Piracicaba (2003, p. 8), oficialmente, o povoado foi fundado em 1º. de agosto de 1767, com o termo da Vila de Itu, sob a invocação de Nossa Senhora dos Prazeres. Em 1774 a povoação constitui-se freguesia, com uma população estimada de 230 habitantes, desvinculando-se de Itu em 21 de junho do mesmo ano. Em 1784, o povoado é transferido para a margem esquerda do rio Piracicaba, onde o terreno favorecia sua expansão. O povoado foi elevado para o nome de vila em 1821, passando a chamar-se Vila Nova da Constituição, em homenagem à promulgação da Constituição Portuguesa, ocorrida naquele ano. Nesse período, predominavam as pequenas propriedades. Além da cultura do café, existiam plantações de arroz, de feijão e de milho, de algodão e de fumo, mais pastagem para criação de gado. A vila era respeitado centro abastecedor.

Ainda segundo o Jornal de Piracicaba (2003, p. 8), somente em 24 de abril de 1856 a Vila Nova da Constituição foi elevada à categoria de cidade, embora, popularmente já fosse conhecida como Piracicaba. Porém, só em 1877, por petição do então vereador Prudente de Moraes, um ituano de nascimento que

---

<sup>1</sup> No vocabulário Tupi-Guarany da WebMaster Piracicaba significa: o pesqueiro (paradouro de peixe). Já no site da agência piracicabana Notícias Visualy Publicidade existem três denominações: lugar onde o peixe pára; ajunta peixe e peixe que chega.

havia adotado a cidade para morar, e que mais tarde seria o primeiro presidente civil do Brasil, oficializou o nome da cidade para Piracicaba.

A cidade está localizada a cerca de 160 quilômetros a Noroeste de São Paulo, capital do Estado. Possui hoje, aproximadamente 400 mil habitantes, e é o 19º município em extensão territorial do Estado com 1.312,30 km<sup>2</sup>, sendo que 158,06 km<sup>2</sup> é a área urbana e 1.154, 24 km<sup>2</sup> a área rural. O município possui cerca de 1.100 indústrias, que vão do setor do açúcar e álcool ao metalúrgico de ponta. A atividade comercial e a prestação de serviços também são fortes e evoluídas, com a presença de um shopping center, hipermercados, magazines e lojas de conveniência. (BEM-VINDO A PIRACICABA SÃO PAULO - BRASIL, 1999, p. 5).

Piracicaba também conta com várias instituições de ensino superior e o Centro de Energia Nuclear na Agricultura (CENA), de reconhecimento nacional e internacional. Sedia a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), a mais antiga escola de agronomia do Brasil e da América do Sul. Ela foi idealizada por Luiz Vicente de Souza Queiroz, que em 1895 doou ao Estado a fazenda São João da Montanha, para que fosse ali construída a primeira escola agrônômica do país. A escola ficou pronta em 1901. Além da ESALQ-USP, a cidade tem ainda a Faculdade de Odontologia de Piracicaba – FOP-Unicamp, a Universidade Metodista de Piracicaba – Unimep, a Escola de Engenharia de Piracicaba – Fundação Municipal de Ensino, Faculdades Integradas Maria Imaculada – Centro de Ciências Sociais e Humanas de Piracicaba e as recém chegadas Anhanguera Educacional, Faculdade de Tecnologia de Piracicaba (Fatec), Faculdade Dom Bosco, no total, a cidade têm aproximadamente 20 mil estudantes de graduação e pós-graduação.

Na área da comunicação Piracicaba tem quatro rádios, uma emissora de televisão, a TV Beira Rio retransmissora da TVE do Rio de Janeiro, também recebe sinais de todas as emissoras de São Paulo como, por exemplo, Rede Globo, TV Record, SBT, TV Cultura, MTV e sinais por assinatura. A cidade também tem cerca de 10 agências de publicidades e propaganda e dois jornais

diários, o centenário Jornal de Piracicaba e a Tribuna Piracicabana, além do jornal tablóide Gazeta de Piracicaba, de publicação bissemanal.

## **2.1 Rádio BlackOut**

É nesse contexto que estão instaladas as duas rádios comunitárias na cidade, a rádio BlackOut, instalada no bairro Jardim Tatuapé II, bairro periférico de Piracicaba, que funciona sem concessão da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e a rádio Nova Cidade, que funciona no Parque Cecap (Companhia Estadual de Casas Populares), bairro também considerado periferia da cidade, funcionando legalmente.

Nos anos 70, Piracicaba viveu grande expansão industrial com a chegada de empresas de grande porte, entre elas, a Caterpillar e a Phillips que se instalaram no bairro Unileste, espaço destinado para o parque industrial da cidade.

A partir daí, com a necessidade de mão de obra especializada, a cidade teve que importar profissionais de outras localidades. Assim, para suprir a necessidade de moradia surgiu mais um conjunto habitacional no município, que foi construído no bairro Jardim Itapuã. Os primeiros moradores, que adquiriram suas casas, totalmente financiadas, eram funcionários das empresas Caterpillar e Phillips.

Segundo o IPPLAP - Instituto de Pesquisas e Planejamento de Piracicaba – (2007), o bairro Jardim Itapuã está localizado na região oeste da cidade. Tem uma população estimada em cinco mil habitantes, duas escolas, uma municipal, Escola Municipal Lásaro Detoni, e a estadual Prof. Jehtro Vaz de Toledo e uma favela. Faz divisa com vários outros bairros: Tatuapé, Jardim Tóquio, Jardim São Carlos e Jardim São Paulo (este com dois loteamentos). Já o bairro Jardim Tatuapé II foi

criado na década de 80, com o surgimento de um loteamento ao lado do já formado bairro Jardim Tatuapé I.

Passados 20 anos, um jovem de nome Mx Fúria (por motivos óbvios o nome é fictício), enviou para uma tradicional rádio da cidade um cd do grupo de Rap MRA, para que tocassem sua música. Ouviu como resposta que a emissora não tocava aquele estilo de música. Perguntou por quê? A proprietária respondeu que não tocava som de ladrão e muito menos música de maloqueiro. Segundo o jornal GiraPira (2005, p.6), Mx Fúria argumentou o seguinte: “Um dia vou montar uma rádio para ouvir o som que a gente curte e ajudar na produção da rapaziada do Hip Hop, que está cada vez mais deslocado de qualquer esquema”.

Depois de filiada a Abraço (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária), que coordena todas as rádios comunitárias no país, e preencher uma infinidade de documentos, que foram enviados para análise de órgãos governamentais responsáveis por esse setor, a rádio entrou no ar clandestinamente às 20 horas, do dia em 10 de setembro de 2001, operando na frequência de 99.5 FM. Mesmo com a documentação junto à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), até agora não saiu a concessão para o funcionamento da rádio. Isso significa que ela está operando ilegalmente. Portanto, a rádio BlackOut é considerada uma rádio pirata ou livre.

Segundo Mx Fúria (2007), em entrevista concedida a este pesquisador, anexo I, a rádio tem como principal proposta dar oportunidades para membros da comunidade poderem se manifestar através de seus trabalhos. Além disso, querem montar uma biblioteca na rádio para a comunidade ter acesso a livros e não precisarem ir até o centro da cidade, economizando o dinheiro de duas passagens. Também querem colocar computadores para as pessoas terem acesso à Internet de graça.

Entretanto, o principal objetivo da rádio é atingir o público jovem com o intuito de educá-los. Chamar a atenção contra o perigo das drogas e do tráfico, e o instrumento utilizado para isso é a música tocada na rádio, principalmente o Rap.

Entendemos que é preciso educá-los, não para o mundo das drogas. Às vezes, tocamos um Rap e a 'fita é o seguinte': fazemos alguns comentários e tentamos mostrar para o ouvinte que tá tudo limpo e tudo tá legal, ele vê que a música tem início, meio e fim. Falamos que o tráfico não tem aposentadoria e sim cadeira de rodas ou a morte. Acreditamos ser uma maneira de educar. Quem ouve fica esperto nas idéias, se está vai querer cair fora e quem não está não vai querer entrar. Vai mudar a maneira de pensar. Tentamos passar através da música para que a pessoa entenda. Na favela tem evangélico, católico, trabalhador e vagabundo um pouco de tudo como em todo lugar. Escutando um Rap, você pode fazer o céu ou o inferno. Mas quando você está dentro de casa é o céu, porque se você não tem família você não tem nada. Caras da antiga (pessoas de outra geração) que se casaram e está com a família e não vai pras festas, quer curtir o som que ouvia antigamente. Na casa dele tomando uma cerveja, um vinho ele curte a rádio. Outro que se tornou evangélico, mas não pode falar pra todo mundo fica na casa dele ouvindo baixinho. Muita gente curte a rádio! A rádio é ouvida na cidade inteira, a gente não quer tocar pra riquinho playboy, quer tocar pra comunidade, pra pobre, favelado. É lá que tem grupo de pagode, de Rap, onde se encontra o nosso povo sofredor. (MX FÚRIA, 2007, entrevista concedida ao pesquisador).

Ainda segundo Mx Fúria (2007), toda comunidade participa ativamente da rádio já que todos os programas são apresentados por moradores da comunidade. Se alguém quiser apresentar um programa, é preciso fazer um teste e ser aprovado, pela comunidade. O aval virá através de pesquisa feita nas ruas da comunidade. Outras formas de participação são através de cartas, telefonemas e se tiver um trabalho a ser mostrado basta entrar em contato com o apresentador do programa, marcar uma entrevista e mostrar o trabalho ao vivo. Se realmente agradar, pode aparecer oportunidade para apresentações nos bares, lanchonetes e em outros lugares.

Entretanto, para apresentar programa na rádio não pode vender drogas; não pode "estar sujo com os homens", ter problemas com a Justiça e tem que ter

consciência para poder ajudar a rádio a ir para frente. A rádio funciona durante 24 horas, com programas que versam sobre músicas, religiões, recados, informações e noticiários, totalizando 10 programas ao vivo com duração de 19 horas e 30 minutos. (anexo I).

A rádio tem dado uma importante contribuição para a comunidade, à medida que ela colabora com questões pertinentes à cidadania dos membros da comunidade. Nesse sentido, entende-se que ela desenvolve um papel educativo.

As pessoas jogavam lixo na área verde e saquinho de lixo na rua, agora elas aguardam o dia certo do lixeiro passar. Nas campanhas das vacinas, as pessoas vão no dia certo ao Posto de Saúde. Falamos da importância do exame de mama, do perigo da Dengue. Colocamos spots (chamada de texto) feitas por nós e pela FM Educativa. Hoje temos uma comunidade mais educada, tem melhorado. O público jovem está mais consciente entendendo a importância da política. (MX FÚRIA, 2007).

Para Mx Fúria (2007), a rádio tem transmitido conhecimento para a população, nas questões sociais e na política. Também é uma emissora de utilidade pública, pois divulga, por exemplo, documentos perdidos e campanhas de vacinação, além de dar incentivo para seus ouvintes, que se encontram sem emprego, sem comida: “Desanima, não. Hoje tá ruim amanhã melhora!”.

Entretanto, a rádio BlackOut já foi fechada duas vezes pela polícia. A primeira aconteceu em fevereiro de 2005, durante uma festa promovida pela emissora no bairro Jardim Esplanada, que coletou oito mil quilos de alimentos e que foram distribuídos às famílias carentes da cidade. Homens da Polícia Federal e da Dise (Delegacia de Investigação sobre Entorpecentes) invadiram a rádio e levaram o transmissor.

O delegado disse que estávamos fazendo apologia ao crime festa para o PCC (Primeiro Comando da Capital). Se estivéssemos fazendo isso, estaríamos com aparelhagem de primeiro mundo, o

barraco já estaria pronto e a obra não estaria parada por falta de dinheiro. A verdade é que a rádio já estava visada por grupos de interesse e o embate entre as forças poderia acontecer a qualquer momento. As rádios comerciais vêem as comunitárias como piratas e falam para as pessoas que suas ondas estragam aparelhos domésticos e derrubam aviões. Isso tudo é mentira. A rádio comunitária não é pirata e ela não derruba avião. Ela derruba tubarão. (GIRAPIRA, 2005, p.6)

A rádio não ficou muito tempo fora do ar, meses depois estava em pleno funcionamento novamente.

O segundo fechamento da rádio BlackOut ocorreu na manhã do dia 17 de outubro de 2007, feito por policiais da DIG (Delegacia de Investigações Gerais). Segundo o delegado responsável pelas investigações, Edécio Vieira, houve uma denúncia através do telefone 181, Disque Denúncia, de que as ondas estavam interferindo em equipamentos eletroeletrônicos da região. Na residência investigada na rua Professor Carlos Brasiliense Pinto, Jardim Tatuapé II, os policiais encontraram uma antena de radiodifusão; 111 cds, a maior parte pirata; cds com vinhetas dos programas e com anúncios comerciais e equipamentos como aparelhos e caixas de som, microfone, máster e computador.

No momento da ação policial, dois pastores evangélicos preparavam-se para entrar no ar em um programa religioso que era veiculado de segunda a sexta-feira, das 8 às 10h. O responsável pela rádio pirata, o aposentado M.R.S., 36 anos, disse à polícia que fez o pedido de concessão em 2002 para o Ministério das Comunicações, mas até agora a situação não está regularizada. (JORNAL DE PIRACICABA, 2007, p. 5).

O delegado elaborou um Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) sobre o caso, já que se trata de crime de pequeno potencial ofensivo. O documento será enviado à Polícia Federal, responsável por esse tipo de delito. O crime, previsto pelo artigo 70 do Código Brasileiro de Comunicações, instalação ou utilização de telecomunicações sem regularização, prevê pena de um a dois anos de detenção.

## **2.2. Rádio Nova Cidade**

O bairro Cecap (Companhia Estadual de Casas Populares), nome da construtora que desenvolveu o projeto, foi construído na década de 80 pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional de São Paulo, sendo composto pelos loteamentos Residencial Eldorado e Parque Cecap I e II.

O Cecap está localizado a 15 quilômetros do centro de Piracicaba e as principais vias de acessos são a Rodovia do Açúcar e a avenida Rio das Pedras e somente uma avenida separa o bairro da Universidade Metodista da Piracicaba (Unimep). Segundo o Instituto de Pesquisa e Planejamento de Piracicaba (IPPLAP), o bairro tem 368 domicílios, 1.721 habitantes, 1 Escola Estadual, Prof. Adolfo Carvalho, 2 Escolas Municipais, Prof. Francisco de Almeida Kronka e Prof. Danilo Sancinetti, 1 varejão, 1 base da Guarda Municipal, 1 Terminal de Transporte Urbano e é servido por sete linhas de ônibus.

Em 2003, os membros da Associação de Amigos e Cultural do Cecap sentiram a necessidade de criar um veículo de comunicação, que pudesse atingir todos os moradores do bairro. Assim fundaram a Rádio Nova Cidade FM, sintonizada na frequência 90.9, com o objetivo de informar sobre os acontecimentos do bairro e da região e ao mesmo tempo unir a comunidade em torno de objetivos comuns. A rádio foi fundada em 30 de maio de 2003, mas só entrou definitivamente no ar seis meses depois, em 15 de novembro do mesmo ano.

Segundo o diretor fiscal Antônio Bortoleto, quatro anos depois da fundação da Rádio Cidade, a principal proposta da emissora para seus ouvintes, ou seja, moradores da comunidade, continua sendo levar informação, prestação de serviço, tocar boa música, programas de entretenimento, lazer, entre outras.

Nosso principal alvo são os ouvintes moradores do bairro Cecap que são amantes de uma boa música, entretanto, nós temos conhecimento de que a rádio também é ouvida em bairros vizinhos. A participação da comunidade se dá através de sugestões, prestação de serviços e ligações telefônicas, entre outras. Além disso, vários membros da comunidade prestam serviços para a rádio através do trabalho voluntário na área de locução, informática e música. (ANTÔNIO BORTOLETO, 2007, em entrevista concedida ao pesquisador).

Ainda segundo Antônio Bortoleto, a Rádio Cidade permanece no ar durante as 24 horas do dia com vários programas, entre eles, 60 minutos com o rei Roberto Carlos, Forró da Nova Cidade, No Ritmo da Jovem Guarda, Flash Back, Encontro com a Viola, Sertanejo, Raiz e Cururu que é transmitido ao vivo do Centro Comunitário do Bairro, Bom Dia Cidade, programa que transmite músicas atuais, Sertanejão da Nova Cidade, Viola com Alegria. No entanto, na entrevista concedida, não foram precisados os horários dos programas nem o tempo de duração de cada um deles.

Para apresentar um programa na rádio o pretendente deverá ser avaliado pelos critérios: deverá criar um projeto de programa e apresentar para a Associação de Amigos e Cultural do Cecap e ao diretor artístico; se aprovado, deverá passar por um pequeno treinamento; é exigido do candidato o mínimo de profissionalismo e, principalmente, ele deverá ter uma boa convivência com a comunidade. Além disso, terá que colaborar na adesão de apoio cultural.

O comércio do bairro participa da rádio através de patrocínio, apoio cultural, e adesão ao programa de sócio contribuinte. A rádio tem boa aceitação junto à comunidade, estima-se ter cerca de 20 mil ouvintes, que se manifestam conforme os programas apresentados. Os mais ouvidos são: Sertanejo, Forró, Jovem Guarda, Roberto Carlos, Flash Black e Bom Dia Cidade.

Quanto à avaliação do papel educativo da rádio, exercido junto à comunidade, a Associação de Amigos e Cultural acredita estar atingindo o alvo e dando uma importante contribuição para os moradores.

A avaliação é a melhor possível, pois através das informações transmitidas pela rádio, a comunidade percebe as tantas coisas que precisam ser mudadas. Um exemplo desse papel educativo seria a divulgação do Disque Denúncia pela rádio, fazendo com que nossa região fosse a mais participativa. Outro exemplo é o programa Encontro com a Viola que dá oportunidade para novos talentos da música. Há também a divulgação dos programas de educação como, por exemplo, o de Capoeira, e outros projetos realizados pelos Centros Comunitários do Bairro e da região. (ANTÔNIO BORTOLETO, 2007).

Para Antônio Bortoleto (2007), a repercussão social que a Rádio Cidade tem no bairro, é positiva, visto que ela informa um grande número de pessoas quanto aos eventos ocorridos no bairro e na região; também divulga as várias campanhas anuais de vacinação, os cursos gratuitos oferecidos pelos Centros Comunitários do bairro e da região. Também abre espaço para as questões religiosas apresentando ao vivo, aos sábados, a missa realizada na igreja local e programa evangélico, que vai ao ar de segunda a sexta-feira com uma hora de duração; dessa forma acreditam atingir os ouvintes em relação à religiosidade. Por isso a rádio tem uma ótima repercussão social.

Ainda segundo Antônio Bortoleto (2007), os diretores da rádio acreditam que membros da comunidade (ouvintes) estão recebendo conhecimentos importantes que podem contribuir no dia a dia através dos programas transmitidos pela emissora. Na rádio são veiculadas notícias, entre elas previsão do tempo na cidade, fatos históricos ocorridos no dia (*sic*), prestação de serviços etc.

### **2.3. Rádio Comunitária Heliópolis**

Formada basicamente por nordestinos, a Favela de Heliópolis é considerada um bairro (cidade) dentro da cidade de São Paulo, centro financeiro do país. No local vivem cerca de 120 mil pessoas, na maioria em barracos. Além de ser notícia pelo tamanho e pela quantidade de gente no espaço, a favela se destaca por possuir uma rádio comunitária, que é uma referência nacional neste modelo de comunicação no país.

A Rádio Popular de Heliópolis surgiu em 23 de maio de 1992, três anos depois de terem lançado a idéia, visto que os moradores faziam diversas reuniões de moradia e não havia como avisar a todos. Portanto, a rádio foi criada para facilitar a comunicação entre os moradores da comunidade. No início ela funcionava com um transmissor, uma antena, uma mesa de som, um aparelho de cd, uma vitrola e cornetas espalhadas pela comunidade. Cinco anos depois, ela passou a ser FM na frequência modulada como Rádio Comunitária Heliópolis, sintonizada na frequência 102.3.

Desde o início a proposta da Rádio Comunitária Heliópolis é informar seus ouvintes dos direitos e deveres. Não cobrar nada de artistas, sejam ele da comunidade ou de fora dela. Tocar todos os tipos de música e não deixar religião nenhuma influenciar na programação da rádio.

O alvo da Rádio é dar prioridade aos problemas da comunidade e informar os ouvintes, seja de saúde, educação, lazer, enfim, não importa. Os ouvintes são todos, de todas as idades, raça e de regiões norte, nordeste de origem da sua própria terra. A Rádio tem um alcance também na Vila Alpina, zona leste de SP, cidade de São Caetano do Sul e os bairros vizinhos a Heliópolis. A comunidade participa bastante, no entanto, quando a rádio foi fechada no dia 20 de julho de 2006 pela Polícia Federal, foi um sufoco para explicarmos

a comunidade o que tinha acontecido. A participação vem através de bilheteiro, recado nas ruas quando o locutor passa, ou a própria visita do ouvinte pessoalmente e através de ligações telefônicas. (CLÁUDIA ROCHA NEVES PIRES, 2007, COORDENADORA DE JORNALISMO DA RÁDIO COMUNITÁRIA HELIÓPOLIS, em entrevista concedida a esse pesquisador).

Segundo Cláudia Pires, para aqueles que querem apresentar programa na rádio é indispensável seguir os seguintes critérios: ter espírito de equipe, gostar de trabalhar com o público, estar ciente de que a tarefa é voluntária e o que se ganha é o reconhecimento da comunidade, carinho dos ouvintes e a gratificação em poder ajudar as pessoas, já que para a rádio manter-se no ar conta com o apoio cultural de comerciantes, de bares e de padarias da comunidade e da região.

A Rádio funciona das 6 da manhã até 0 hora, e são apresentados 11 programas, e da 0 hora à 1 hora é transmitido A Voz do Brasil . Segundo uma pesquisa feita em 2002, pela jornalista Márcia Detone, da BBC de Londres, cerca de 30% da comunidade de Heliópolis ouvia a rádio. Os programas mais ouvidos na época eram: Só Axé, Revolução Rap e Freqüência do Sucesso. Hoje a Rádio não tem nenhuma pesquisa que mostre o resultado dessa forma, mesmo porque a maior audiência é em São Caetano do Sul. A forma encontrada para saber o índice dos programas é o ouvinte participando. O que mais se comenta nas ruas da favela ou até mesmo em outras programações desenvolvidas pela comunidade, baile *funk*, por exemplo, é que o público gosta de saber do horóscopo e que sentem falta dos médicos, que faziam programa sobre DST/Aids.

A Rádio tem mostrado resultados positivos com relação aos trabalhos educativos desenvolvidos através dos programas apresentados. Nossa proposta nesse sentido busca atingir a todos, adolescentes, adultos e idosos na tentativa de reeducá-los e conscientizá-los em questões importantes para todos da comunidade. O lixo, por exemplo, hoje as pessoas sabem que quem mora em becos e vielas tem que colocar o lixo na esquina da viela para facilitar para o pessoal que trabalha na coleta. (CLÁUDIA PIRES, 2007).

Para Cláudia Pires, a repercussão social da Rádio na comunidade é de fundamental importância, visto que ela é um instrumento, que os moradores utilizam, para reivindicar seus direitos com o subprefeito da região, por exemplo. Além disso, a Rádio é o veículo transmissor no qual os ouvintes podem adquirir conhecimento através de uma notícia ou de uma dica sobre saúde ali veiculada, de como se alimentar melhor, utilizando coisas que até então eram jogadas fora, o que é uma higiene bucal e sua importância para a saúde geral, os cuidados com os filhos, algumas sugestões sobre cuidados domésticos, porque é preciso economizar energia e, principalmente, falar sobre os direitos do cidadão.

Nesse terceiro capítulo, pretende-se fazer uma análise da função sobre o que está acontecendo, da real função das rádios comunitárias e o que se espera delas.

## CAPÍTULO III

### ***3. O que está acontecendo***

Conforme anunciamos no capítulo anterior, nesse terceiro capítulo pretendemos fazer um estudo sobre o que está acontecendo, a real função e o que se espera das rádios comunitárias.

Para tanto, entendemos que é preciso discorrer sobre como as rádios comunitárias são criadas, ou seja, como elas conseguem a autorização para o seu funcionamento. Tudo tem início com um processo apresentado pelos interessados em colocar uma rádio comunitária no ar, representantes de Fundações e Associações Cívicas. O documento passará por vários órgãos do governo: Ministério das Comunicações, Casa Civil, Câmara dos Deputados, Senado Federal e publicação. Membros integrantes de comissões farão uma análise e decidirão se autorizam ou não a legalização da rádio. O trâmite dessa ação, geralmente, é vagaroso, por isso, a espera pode demorar muito tempo até que seja definido o resultado.

Segundo Lopes (2005, p. 11), o processo de aprovação da autorização é regido pela Lei 9.612, de 1998 (anexo 4). Há também outras normas e decretos complementares a serem cumpridos. Para conseguir a outorga, a entidade interessada apresenta um cadastro com nome, CNPJ, localidade em que pretende se instalar, a coordenada e envia ao Ministério das Comunicações. Na verdade, são 16 requerimentos a serem enviados. (anexo 5). Segundo a Interozes (2007, p. 11), as outorgas se dividem em três partes: **Concessões** – são dadas para emissoras de TV e para emissoras de rádios de caráter nacional ou regional, isto é, para ondas curtas e para ondas médias em alta potência. A concessão é prerrogativa do Presidente da República, e é dada sempre por decreto. **Permissões** – dadas para emissoras de rádios de âmbito local, como as FMs e as

AMs de potência mais baixa. A permissão é prerrogativa do Ministério das Comunicações, e é dada por portaria. **Autorizações** – dadas para rádios comunitárias, retransmissoras e repetidoras de rádio e TV.

“Ai ela tem que esperar a publicação de um aviso de habilitação, que é um documento publicado no Diário Oficial da União, ou na página do Ministério das Comunicações, dizendo quais são as localidades que têm um canal reservado para a outorga de radiodifusão comunitária. Caso a localidade dela seja incluída num aviso de habilitação desses, ela tem um período, determinado pelo aviso de habilitação, para apresentar a documentação que é pedida pelo ministério. Essa documentação está nesse aviso de habilitação” (LOPES, 2005, p. 1).

Ainda segundo Lopes (2005, p. 1-2), toda documentação será analisada pelo ministério para saber se foram cumpridas todas as exigências burocráticas, que são muitas. Essa verificação costuma demorar de um ano e meio a dois anos e, por se tratar de enorme quantidade de documentos, a maior parte das concorrentes fica pelo caminho porque sempre acaba faltando alguma coisa. Caso seja aprovado, a entidade terá que apresentar seu projeto técnico, que será mais uma vez analisado. Se estiver tudo em ordem, será publicada uma autorização de funcionamento, encaminhada ao Congresso Nacional, e este libera um decreto legislativo. Só aí a entidade está habilitada a prestar o serviço de radiodifusão comunitária. Isso se houver só uma entidade escolhida. Caso haja duas ou mais concorrentes, o critério para definir qual ficará com a outorga será o da representatividade, que é medir qual tem mais manifestação de apoio.

Diante da autorização de funcionamento, uma rádio comunitária deve seguir normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações, que define as características desse tipo de rádio como sendo especial e transmitirá em FM (Frequência Modulada) de alcance limitado a, no máximo, 1 (um) quilômetro a partir de sua antena transmissora e terá que proporcionar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades.

Trata-se de uma pequena estação de rádio, que dará condições à comunidade de ter um canal de comunicação inteiramente dedicado a ela, abrindo oportunidade para divulgação de suas idéias, manifestações culturais, tradições e hábitos sociais. A RÁDIO COMUNITÁRIA deve divulgar a cultura, o convívio social e eventos locais; noticiar os acontecimentos comunitários e de utilidades pública; promover atividades educacionais e outras para a melhoria das condições de vida da população. Uma RÁDIO COMUNITÁRIA não pode ter fins lucrativos nem vínculos de qualquer tipo, tais como: partidos políticos, instituições religiosas etc (MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, 2003, p. 1).

### 3.1. Outorgas

A história do rádio no Brasil começa em 20 de abril de 1923, com Edgard Roquette Pinto, que durante a Exposição do Centenário da Independência funda a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro com a proposta de difundir educação e cultura para o povo brasileiro.

Roquette Pinto, como ficou conhecido, acreditava que o rádio era um instrumento que poderia contribuir para uma mudança na sociedade da época. Tanto que o *slogan* da rádio era: “trabalhar pela cultura dos que vivem em nossa terra e pelo progresso do Brasil”, e argumentava que: “o rádio é o jornal de quem não sabe ler; é o mestre de quem não pode ir à escola; é o divertimento gratuito do pobre; é o animador de novas esperanças; o consolador do enfermo; o guia dos sãos, desde que realizassem com espírito altruísta e elevado” (FERRARETTO, 2001, p. 97).

Para entender os argumentos do idealizador do rádio, é preciso saber como estava o país nesse período. O Brasil vivia uma efervescência política, social e cultural, o Rio de Janeiro, capital federal, se modernizava transformado-se em uma metrópole. A imigração trouxe a prática política anarquista e, depois, a comunista. O movimento sindical nasce no seio das milhares de indústrias surgidas no eixo Rio-São Paulo, iniciando, lentamente o êxodo rural. Ocorrem

grandes greves gerais nos anos de 1906, 1917 e 1919, e em 1922 é fundado Partido Comunista Brasileiro e acontece a Semana de Arte Moderna, redefinindo os parâmetros da pintura, da escultura e da literatura brasileira.

O Rio de Janeiro como metrópole define-se pela urbanização e um processo que culmina com a Exposição do Centenário, preparada para mostrar os progressos da indústria nacional e atrair dólares e libras de investimentos estrangeiros. O movimento operário impulsionado pela Revolução russa, mas em meio a uma confusão ideológica entre comunistas e anarquistas, sonhava e lutava por uma república proletária. Os tenentes, a seu modo, queriam também um novo Brasil. Em todos esses fatos, há uma idéia de modernização como mudança. Inserido nesse contexto de época, o professor Roquette Pinto teria visto no rádio um instrumento de transformação educativa. Conferências científicas, música erudita e análise dos fatos políticos e econômicos marcam, deste modo, as primeiras transmissões da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro (FERRARETTO, 2001, p. 98).

No entanto, desde o início, a realidade do rádio era outra. Para que a radiodifusão pudesse ser inaugurada no país, o governo federal distribuiu cerca de 70 aparelhos radiofônicos para que amigos privilegiados, ricos, ouvissem o primeiro sinal de rádio no Brasil. Assim, segundo Ferraretto (2001), o rádio dos clubes e sociedades de radiodifusão é um passatempo da elite em uma sociedade que começa a se urbanizar. Constituídas como agremiações, são os ouvintes que mantêm com suas mensalidades a emissora operando.

O rádio começa a se estruturar a partir dos anos 30, no governo de Getúlio Vargas, que incentiva o crescimento industrial como saída para os problemas econômicos. Com isso, o rádio começa a se tornar um veículo de comunicação que busca lucro através de anunciantes e, conseqüentemente, de ouvintes. Foi nesse período que se definiram os parâmetros da radiodifusão com o Decreto no. 20.047, no qual o governo assegura a sua condição de poder concessório e prevê a criação de uma rede nacional sob controle do Estado. Em tudo, a idéia era a de passar uma visão educacional e cultural sob o controle do Ministério da Educação e Saúde Pública.

“O Decreto no. 21.111, em seu artigo 66 e 69, destinava ainda uma hora diária a um programa noticioso obrigatório, o que, mais tarde, embasaria a criação da Hora do Brasil. O quase monopólio estatal previsto, no entanto, não se concretizou, mas se pode afirmar que, nos dois decretos, está a origem da duplicidade do sistema de radiodifusão no país: de um lado, público, educativo e sustentado pelo Estado ou por fundações; e, de outro, privado, comercial e majoritário em quantidades de emissoras e ouvintes” (FERRARETTO, 2001, p.103).

No Brasil de hoje, é comum as pessoas pensarem que as emissoras de rádios e TVs são proprietárias dos canais que utilizam. Na verdade, elas operam com concessões públicas e, para isso, precisam de uma autorização do Estado.

“Assim, embora a concessão seja pública, ela é usada para fins privados. É comum, por exemplo, que emissoras as utilizem para promover a criminalização dos movimentos sociais e impor uma agenda política que lhes interessa. Também é comum a discriminação contra mulheres, negros, indígenas, homossexuais, pessoas com deficiência e idosos, além de determinadas religiões e classes sociais. Estipulam padrões estéticos, éticos e morais, impondo valores que promovem e perpetuam preconceitos. A sociedade, em nome de quem é dada a concessão, não tem como proteger-se apesar da Constituição garantir este direito” (INTERVOZES, 2007, p.3).

A partir de 1962, os proprietários de emissoras começam a ganhar força política no Congresso Nacional quando fundam a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), com a proposta de defender interesses privados de empresas e políticos. Para se ter uma idéia da força da associação, a década de 70 é marcada pela aliança do governo militar com a Rede Globo de Televisão. Nesse período houve o crescimento dos nove maiores grupos de comunicação do país que até hoje controlam 90% dos canais de rádio e TV existentes. Segundo a Intervozes (2007, p. 5), no governo do general João Baptista Figueiredo – 1979/85 –, foram distribuídos 634 canais de radiodifusão, 295 rádios AM, 299 rádios FM e 40 emissoras de TV.

O quadro abaixo mostra a real situação da comunicação no Brasil e os nomes das famílias que comandam esse setor.

### As famílias que dominam a comunicação no Brasil

<b>REDES NACIONAIS</b>	<b>TVs</b>	<b>RÁDIOS</b>
Marinho (Globo)	32	20
Saad (BAND)	12	21
Abravañel (SBT)	10	-
<b>REDES REGIONAIS</b>	<b>TVs</b>	<b>RÁDIOS</b>
Sirotsky (RBS-Sul)	21	24
Câmara (Centro Oeste)	08	13
Daou (Norte)	05	04
Zahrán (Mato Grosso)	04	02
Jereissati (Nordeste)	01	05

Fonte: artigo "Existe concentração na mídia brasileira? Sim", de Venício Lima, 2003

\*Não foram computados os veículos nas mãos de famílias não menos poderosas, como Sarney (Maranhão), Collor de Melo (Alagoas), Antonio Carlos Magalhães (Bahia), Barbalho (Pará)...

As concessões passaram a ser moeda forte de troca de favores entre governo e proprietários de emissoras, José Sarney e Antônio Carlos Magalhães (ACM) utilizaram dessa prática centena de vezes.

Em três anos e meio – de 15/03/85 a 05/10/88 - , Sarney distribuiu 1.028 outorgas, sendo 25% delas no mês de setembro de 1988, que antecedeu a promulgação da Constituição. O Diário Oficial da União do dia 29/9/88, seis dias antes de promulgada a Constituição, trouxe 59 outorgas em um só dia, todas assinadas na noite anterior. Com raras exceções, os beneficiados foram parlamentares, que direta ou indiretamente (por meio de seus familiares ou sócios) receberam as outorgas em troca de apoio político a projetos de Sarney, especialmente para a extensão do mandato do presidente para cinco anos. Dos 91 constituintes que foram premiados com pelo menos uma concessão de rádio ou televisão, 84 (92,3%) votaram a favor do presidencialismo e 82 (90,1%) votaram a favor do mandato de cinco anos (INTEVOZES, 2007, p. 6).

No governo FHC, sob o comando do ministro das Comunicações Sérgio Mota, a utilização dos canais de rádios e TV continuou sendo moeda forte na política, principalmente, em torno das outorgas para retransmissoras (RTVs) (regionais) e educativas. Em sete anos e meio de governo, além das 539 emissoras comerciais vendidas por licitação, FHC autorizou 357 concessões educativas sem licitação.

A distribuição foi concentrada nos três anos em que o deputado federal Pimenta da Veiga (PSDB-MG), coordenador da campanha [presidencial] de José Serra, esteve à frente do Ministério das Comunicações. Ele ocupou o cargo de janeiro de 1999 a abril de 2002, quando, segundo seus próprios cálculos, autorizou perto de cem TVs educativas. Pelo menos 23 foram para políticos. A maioria é em Minas Gerais, base eleitoral de Pimenta da Veiga, mas há em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Maranhão, Roraima e Mato Grosso do Sul (INTERVOZES, 2007, p. 6).

Não houve mudança no governo de Lula com relação a essa questão: a prática de distribuir outorgas em troca de apoio político continua sendo desenvolvida pelo Ministério das Comunicações. Em três anos e meio de governo, Lula aprovou 110 emissoras educativas, sendo 29 televisões e 81 rádios.

Segundo a Intervozes (2007, p. 6), na Câmara dos Deputados, membros da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI) ameaçaram não renovar e devolver ao Executivo 227 processos de renovação de outorgas por falta de documentos. Entre os papéis a serem examinados estava o do ex-presidente da Comissão, Jader Barbalho (PMDB-PA), e de mais nove parlamentares envolvidos com emissoras cuja renovação seria negada. Barbalho falou pessoalmente com o presidente Lula que intercedesse. Com a manobra, ele manteve em atividades duas emissoras de sua família com concessões vencidas. A Rádio Clube do Pará opera sem autorização há mais de 13 anos; também foram beneficiadas com a medida a Rede Brasil Amazônia de Televisão (RBA), cuja concessão venceu em 2002 e a Rádio Carajás FM. A interferência do presidente Lula acabou salvando emissoras de vários aliados do governo, como os senadores José Sarney (PMDB-AP), José Maranhão (PMDB-PB) e Flávio Arns (PT-PR) e dos deputados Marcondes Gadelha (PSB-PB) e Humberto Michiles (PL-AM).

O artigo 54 da Constituição Federal que diz: “os Deputados e Senadores não poderão desde a expedição do diploma firmar ou manter contrato com pessoa

jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público”, não é respeitado.

Diante do quadro acima apresentado, percebe-se que dificilmente ocorrerá mudança nos critérios quando o assunto tratar de outorgas. E, agora, há um novo foco de interesse dos chamados ‘coronéis eletrônicos’, que são as rádios comunitárias, cujo número de concessões, entre 1999 e 2004, chegaram a 2.205.

Cabe aqui uma definição do termo ‘coronéis eletrônicos’ para entender esse novo fenômeno brasileiro. O dicionário Aurélio define ‘coronel’ como sendo chefe político e poderoso proprietário de terras, que exerce influência sobre o povo simples. Desde o Império até a República, o coronel era o chefe político local e recebia essa designação como oficial da Guarda Nacional, criada ainda no século 19. Esse era o coronel tradicional, que tinha como moeda de troca o controle do voto, voto de cabresto.

Segundo Lopes e Lima (2007, p. 3), como recompensa ele decidia sobre o que fazer com as verbas estaduais e federais no município. Além disso, ele também indicava nomes que ocupariam os cargos públicos: juiz, delegado de polícia, coletor de impostos, professores do ensino público, agentes dos Correios, entre outros. No coronelismo eletrônico, a moeda de troca continua sendo o voto, como antigamente. Só que não mais baseado na posse da terra, mas sim no controle da informação e influenciar na formação da opinião pública.

“O coronelismo eletrônico, por um lado, é um fenômeno do Brasil urbano da segunda metade do século 20, que sofre uma inflexão importante com a Constituição de 1988, mas persiste e se reinventa depois dela. É também o resultado da adoção do modelo de curadoria (*trusteeship model*), isto é, da outorga pela União a empresas privadas da exploração dos serviços públicos de rádio e televisão e, sobretudo, das profundas alterações que ocorreram com a progressiva centralidade da mídia na política brasileira, a partir do regime militar (1964-1985)” (LIMA e LOPES, 2007, p. 3).

Para Lima e Lopes (2007, p. 4), com a constituição de 1988, os municípios ganharam *status* de ente federativo e foram introduzidas mudanças significativas na distribuição de recursos e competências, principalmente, sobre a saúde e a educação. Com isso, inicia-se a descentralização de políticas públicas que confere aos municípios autonomia e introduz mudanças no federalismo e na política local. Com o município e a política local fortalecidos surge o coronelismo eletrônico, vinculado especificamente às permissões e autorizações dirigidas às comunidades locais.

Ainda segundo Lima e Lopes (2007, p. 6-7), a maioria das rádios comunitárias têm no comando, direta ou indiretamente, políticos locais: vereadores, prefeitos, candidatos derrotados a esses cargos ou líderes partidários. Eles representam, portanto, uma nova mediação dentro do sistema maior do coronelismo eletrônico que sobrevive como prática política, nem sempre bem-sucedida, é verdade, mas de fundamental importância em muitos municípios brasileiros. Vale ressaltar que, em segundo lugar, mas bem distante, está o vínculo religioso, predominantemente da Igreja Católica.

Um exemplo da afirmação acima exposta é a Rádio Nova Cidade, do bairro Cecap, em Piracicaba, e objeto de nosso estudo. Segundo Lima e Lopes (2007), na pesquisa intitulada Rádios Comunitárias: Coronelismo Eletrônico de Novo Tipo (1999-2004), na qual eles mostram a listagem dos vínculos políticos, religiosos e das duplicidades de outorgas das rádios comunitárias, encontramos o nome do representante legal da citada emissora: Antônio Bortoleto, candidato derrotado a vereador em (2004) (PT), vínculo político.

Percebe-se, então, que nesse caso, quando uma rádio comunitária é instalada no município, ela tem uma importância política localizada. Já no âmbito estadual/federal procura-se formar um ambiente comunicacional formado por diversas rádios comunitárias dominadas por forças políticas locais que devem favor de suas outorgas a um padrinho político.

Para Lima e Lopes (2007, p. 6-7), a histórica ligação entre emissoras de radiodifusão e políticos profissionais continua existindo na radiodifusão comunitária, mas agora de maneira peculiar. É a municipalização do vínculo entre emissoras de radiodifusão e políticos profissionais.

### **3.2. Real função**

Como já argumentamos anteriormente, a história da rádio comunitária no Brasil começou a ser construída em abril de 1995 e, desde o início, a proposta principal das emissoras comunitárias, através de sua programação, é transmitir informações de interesse da realidade vivenciada pelos moradores da comunidade na qual ela está inserida; dar a contribuição para que os cidadãos possam exercer plenamente a cidadania; democratizar as informações, dando oportunidade (espaço) para que todos os moradores da comunidade tenham acesso ao veículo de comunicação; transmitir educação informal, através dos programas ali veiculados; incentivar as questões ligadas à cultura e abordar os assuntos pertinentes aos membros da comunidade e, principalmente, incentivar o morador da comunidade a ter uma participação ativa nas atividades desenvolvidas pelas associações e fundações instaladas no bairro.

Ao longo da história foi tirado do brasileiro o seu direito de se expressar. No Brasil sempre falaram os mesmos – a elite nacional. É dela 98% dos canais de rádio e televisão. Por isso, uma das funções das rádios comunitárias é fomentar a cidadania, ensinando as pessoas sobre os seus direitos. E, entre eles, o direito à liberdade de expressão. Por isso a programação da emissora deve insistir na divulgação desse direito. A rádio existe por conta desse direito, mas é preciso dizer isso para a população. É preciso informar à comunidade que a rádio comunitária é uma conquista desse direito. E que ela é apenas parte de uma luta maior: a democratização dos meios de comunicação. Enquanto só uns poucos – os ricos e poderosos – poderem falar no rádio e na TV, não há democracia (LUZ, 2007, p. 17-18).

A rádio comunitária é, sem dúvida, um importante instrumento na formação do cidadão quanto ao exercício da cidadania plena e no combate ao monopólio da informação, visto que, tais informações são transmitidas através das mídias convencionais carregadas de interesses. Portanto, na rádio comunitária pode-se exercer a comunicação livre e democrática sem a mediação de políticos e grupos econômicos.

Nos bairros periféricos, onde estão instaladas as rádios comunitárias, a maioria das pessoas está ausente nos processos de tomadas de decisões gerenciadas pelo poder público, isto é, não existe participação. Segundo Peruzzo (2001, p. 121), a participação na comunicação é um facilitador da ampliação da cidadania, uma vez que possibilita à pessoa tornar-se sujeito de atividades de ação comunitária ali desenvolvida e dos meios de comunicação. Isso tem como consequência: a prática de uma ação educativa. É possível que a pessoa que participa dessas ações passe a ver o mundo com outros olhos, com mais profundidade e, a partir daí, incorpore novos elementos à sua cultura.

Pode-se dizer que no Brasil de hoje vive-se num total descontentamento já que poucos têm muitos e muitos não têm nada: a desigualdade é gritante. Daí o surgimento de vários movimentos que acreditam dar uma contribuição para que haja mudanças significativas na sociedade brasileira. E acredita-se que a rádio comunitária seja um veículo, um instrumento importante nesse cenário.

Para Martin-Barbero (1999, p. 78), existe uma multiplicidade de movimentos, um pouco à deriva, é verdade, mas construindo, de uma certa forma, uma superação, ou seja, ocorre uma insubmissão, uma rebeldia frente aos principais poderes: do Estado, da Igreja, da escola. Nessas atitudes acontecem elementos de uma nova sociabilidade.

Como exemplo, pode-se citar o movimento Rap, praticado principalmente na periferia das cidades brasileiras, que busca através do trabalho artístico

mostrar para a sociedade uma realidade vivenciada por uma grande parcela do povo brasileiros e ignorada pela elite e pelo poder público.

Estes movimentos, pequenos, em sua maioria inarticulado, à medida que se articulem e articulem a escola, e os meios de comunicação municipais, comunitárias, irão criando redes de formação de cidadãos que vão ser muito eficazes, para fazer com que essas vozes dispersas comecem a tomar corpo no espaço regional e, inclusive, no espaço nacional (MARTIN-BARBERO, 199, p, 78-79).

Dessa forma, entende-se que a rádio comunitária cumprirá sua função, à medida que ela atue como um instrumento, um canal, onde possa transitar idéias que busquem contribuir para mudanças e uma sociedade mais justa e igualitária.

### **3.3. O que se espera das rádios comunitárias**

Como já argumentamos anteriormente, a concessão para o funcionamento de uma rádio comunitária é moeda forte nas negociações políticas e as emissoras que estão no ar vêm sendo utilizadas como instrumento de manipulação por parte de políticos, empresários do ramo da comunicação e grupos religiosos para perpetuar o *status quo*, privilegiando interesses privados em prejuízo da função social a ela destinada. Para manter a atual situação eles contam com a conivência da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicação) e da Polícia Federal, que fazem uma repressão feroz sobre as rádios de baixa potência e dificultam a outorga de funcionamento de milhares de pedidos, lacram as que estão irregulares, detêm as pessoas que estiverem na rádio no momento do lacre e processam.

Temos hoje uma legislação inadequada; o Ministério das Comunicações não faz com que os processos tramitem, e de forma clara e transparente; a Anatel continua seguindo a lei que é conveniente aos latifundiários da comunicação; os agentes da Polícia Federal, desqualificados para lidar com a questão, tratam aqueles que lidam com rádio comunitárias como marginais da pior espécie. É lamentável reconhecer que existe cerca de 10 mil pessoas sendo processadas hoje pelo crime de falar. São os presos políticos dos dias atuais (QUEREM CALAR A VOZ DO POVO – II, A

VIOLENCIA CONTRA AS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO BRASIL -  
CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE, 2005, p. 3).

Por isso, existe no país um forte movimento, no qual fazem parte associações como Abraço (Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária); Amarc (Associação Mundial das Rádios Comunitárias); sindicatos, federações, entre outros, para que haja democratização da comunicação, mesmo porque, a diversidade do país e o interesse da sociedade não estão sendo refletidos na mídia nacional. Entende-se dessa forma, que a rádio comunitária é um canal no qual pode-se dizer para o cidadão que a informação é um bem público e a comunicação é um direito. Além de promover debates, mesas de diálogo e apresentações culturais que vão mostrar para a sociedade que a mídia é dela.

Segundo Lima (2005, p. 2), tanto o poder Executivo quanto o poder Legislativo não conseguem enfrentar e vencer os grupos privados dominantes da mídia e políticos. Ao contrário, dependem deles e vêem isso uma oportunidade para negociar propostas de políticas públicas de comunicação. Não se consegue avançar quando se trata dos interesses dos radiodifusores.

Atividades como a Semana Nacional pela Democratização da Comunicação são fundamentais pela discussão da questão, para a mobilização da sociedade civil na luta pelo seu direito à comunicação e, sobretudo, pela busca de alternativas concretas à grande mídia. A democratização das comunicações no Brasil tem, certamente um longo caminho a percorrer (LIMA, 2005, p. 2).

Dessa forma, espera-se que as rádios comunitárias sejam pautadas com essa proposta de trabalho, ou seja, que privilegie na sua agenda de discussão temas pertinentes como a democratização da comunicação no país, que está diretamente ligado com o exercício da plena cidadania.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A proposta desse trabalho teve início com o estudo em três rádios comunitárias: a Rádio Nova Cidade, do bairro Cecap, em Piracicaba; a Rádio BlackOut, instalada no bairro Tatuapé II, também em Piracicaba e a Rádio Comunitária Heliópolis, funcionando no bairro com o mesmo nome e considerada a maior favela de São Paulo, com cerca de 120 mil pessoas.

Partiu-se da hipótese que a radiodifusão comunitária exerce importante papel social junto aos moradores das comunidades nas quais estão inseridas. Argumentamos com a idéia de que, além de sofrerem coação por parte do governo através do Ministério das Comunicações, que determina a liberação das outorgas, também existe pressão dos proprietários de emissoras convencionais que alegam sofrerem prejuízos com o funcionamento das rádios comunitárias. Foi realizada uma pesquisa com os diretores das referidas emissoras, buscando identificar seu funcionamento e a sua real situação. Na etapa seguinte foi feito estudo bibliográfico para entender o que está acontecendo, qual é a real função e o que se espera das rádios comunitárias na atual conjuntura nacional.

Ao concluir esse estudo, percebeu-se que:

O resultado final desse trabalho certifica a hipótese de que as rádios comunitárias exercem um importante papel social nas comunidades nas quais estão inseridas, à medida que, através da sua programação elas transmitem conhecimentos que visam uma melhor formação do cidadão, que o governo faz forte pressão nesse meio de comunicação dificultando a liberação das outorgas e que os proprietários de rádios convencionais (grandes grupos midiáticos) também atuam, no sentido de dificultar o funcionamento desse tipo de mídia.

A radiodifusão comunitária, através de sua programação, contribui para que os moradores da comunidade tomem conhecimento de valores para exercerem a plena cidadania, ou seja, com direitos e deveres. Através dos programas ali veiculados são transmitidas informações básicas para o cotidiano como, por exemplo, não deixar lixo na rua, o dia que terá vacina no Posto de Saúde local e informações sobre DST/Aids. Os programas de *Rap* buscam atingir a camada mais jovem do bairro, cujas mensagens são sempre para orientá-los no sentido de que saiam ou não se envolvam com o crime, principalmente com as drogas. Conjuntos de pagodes, duplas sertanejas, cantores de *Rap*, futuros repórteres, entre outros, divulgam seus trabalhos através das rádios comunitárias.

Além disso, existe espaço para que os moradores se manifestem quanto à sua religiosidade. São vários os programas transmitidos por diferentes denominações religiosas que, através da fé, tentam levar consolo e esperança para membros das comunidades.

Por fim, com o funcionamento das rádios comunitárias nos bairros, os moradores se aglutinam, se organizam e conseguem dessa forma benfeitorias para a comunidade, o que resulta em uma melhor qualidade de vida. Aprendem, através dos conhecimentos ali veiculados, a obter informações que os ajudam a se relacionarem melhor na sociedade, a reivindicarem melhorias junto ao poder público e, principalmente, com toda complexidade existente na vivência diária de qualquer cidadão, incorporam novos valores na sua existência que os qualificam a argumentarem sobre seus direitos e deveres.

Assim, as rádios comunitárias vêm contribuindo para que moradores de comunidades periféricas, muitas vezes esquecidas pelo público, tenham uma melhor qualidade de vida, exerçam a plena cidadania e contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária.

Confirma-se que a forte coação feita pelo governo através do Ministério das Comunicações sobre a radiodifusão comunitária se dá através da demora na

liberação das outorgas de funcionamento, chegando a demorar até dois anos para que haja uma manifestação por parte governamental, no fechamento e apreensão de equipamentos e prisões de pessoas ligadas às rádios comunitárias que funcionam sem autorização, feitas pela Polícia Federal . Essa coação faz parte de um jogo político e econômico, no qual as rádios comunitárias são fortes moedas de troca. Portanto, sua liberação para funcionamento está diretamente ligada a interesses de políticos e grupos midiáticos.

Os dados estudados revelam uma nova maneira da utilização da radiodifusão comunitária e aponta os dois caminhos utilizados: o primeiro é político: a legalização de rádios comunitárias nos municípios através de apadrinhamento, o que caracteriza uma força local. Já no âmbito estadual/federal, constrói-se um ambiente comunicacional com o controle de várias rádios, feito por forças políticas que depois cobrarão favores concedidos. O segundo é econômico e ideológico e diz respeito aos empresários proprietários de grandes grupos midiáticos que aliam-se aos políticos e combatem ferozmente a radiodifusão comunitária, pois temem uma concorrência e futuras perdas nas questões econômicas, além das desmistificações dos ideais ideológicos veiculados nas mídias convencionais.

Mesmo com toda dificuldade enfrentada, a radiodifusão comunitária vem contribuindo para a democratização da comunicação brasileira. Vem contribuindo, principalmente, na formação de verdadeiros cidadãos.

É necessário que se permita à radiodifusão comunitária cumprir seu papel que é de servir ao interesse público nos locais onde estão instaladas, livres de interferências de qualquer natureza.

## BIBLIOGRAFIA

AMARC - Associação Mundial de Rádios Comunitárias sub região Brasil.  
<http://www.crisbrasil.org.br/apc-aa/cris>. Acesso em: set. 2006.

ARNALDO, Carlos A. **Do povo, para o povo**. *O Correio da Unesco*. Rio de Janeiro, ano 25, no. 4, abr. 1997, págs. 32-35.

As ondas black cada vez menos out. **GiraPira**, Piracicaba, de 05 a 20 de out. 2005. Capa, págs. 6-7.

ASSUMPÇÃO, Zeneida Alves de. **Radioescola: uma proposta para o ensino de primeiro grau**. São Paulo: Annablume, 1999.

BAUMAN, Zygmunt, **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. 1ª. Edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BEM –VINDO a Piracicaba São Paulo - Brasil. Prefeitura do Município de Piracicaba. Centro de Comunicação Social Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. Piracicaba. ago. 1999.

BOFFETTI, Valdir. **Pirata por quê**. Disponível em:  
[http://www.imesxplica.com.br/2506radio\\_termos.asp](http://www.imesxplica.com.br/2506radio_termos.asp). Acesso em: 24 jan. 2008.

CÂMARA quer rever critérios de concessões. Disponível em  
<<http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=1179>> Acesso em 26 de jul. de 2006.

CONCESSÕES de rádios e Tv: onde a democracia ainda não chegou.  
**informativo INTERVOZES**. São Paulo. nov. 2007.,

DIG fecha rádio pirata na Tatuapé 2. **Jornal de Piracicaba**, Piracicaba, 18 de out. 2007. Caderno de Cidades, p. A-7.

ERBOLATO, Mário L. **Comunicação e cotidiano**. Campinas: Papyrus, 1984.

FERNANDES, Rubem César, **Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina**. 2ª. Edição. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FRIDERICHS, Bibiana de Paula. **Comunicação popular no rádio comercial**. Passo Fundo: UFP, 2002.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco, **O Direito de Antena em Face do Direito Ambiental no Brasil**. 1ª. Edição. São Paulo: Saraiva, 2000.

GASPAR, Valionel Tomaz. **O que é rádio pirata?**. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/249552.shtml>.. Acesso em: 11 dez. 2007.

GUEDES, Gilse Barbosa, **Democracia na Rádio Livre Paulicéia**. In: PERUZZO, Círcia M. K. (org.) *Comunicação e Culturas Populares*. São Paulo: Intercom, 1995.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**: nos tempos da imprensa alternativa. 1ª. Ed.. Editora Página Aberta. São Paulo. 1991.

LIMA, A Venício; LOPES, Cristiano Aguiar. **Rádios Comunitárias: Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004)**, as autorizações de emissoras como moedas de barganha política. Observatório da Imprensa/PROJOR. Rio de Janeiro. Jun. 2007.

LIMA, Venício. A. **Ainda a democratização da comunicação**. Disponível em <http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigo.asp?cod=35IPB002>. Acesso em: 20 jan. 2008.

LOBO, Chico, **“A mentira das Interferências”**. *No ar*. Rio de Janeiro: Abraço, março, de 1997, no.1.

-----Rádios livres no Brasil: liberdade de expressão. In: a arte de pensar e fazer rádios comunitárias. Brasília [s.], p. 218. 2007.

LOPES, Cristiano Aguiar, **Políticas Públicas de Radiodifusão comunitária no Brasil: Exclusão como Estratégia de contra-reforma**. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2005.

-----**Rádio comunitária depende de padrinho**. Disponível em [www.observatordaimprensa.com.br](http://www.observatordaimprensa.com.br). maio.2005 – Entrevista concedida a Júlia Gaspar. Acesso em: 15 jan. 2008.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo. **O rádio dos pobres: estudo sobre comunicação de massa, ideologia e marginalidade social.** São Paulo: Edições Loyola, 1988.

LUZ, Dioclécio. **A arte de pensar e fazer rádios comunitárias.** Brasília: [s.n], 2007.

MACHADO, Arlindo e outros. **Rádios livres: a reforma agrária no ar.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

MARCODES FILHO, Ciro, **Quem manipula quem?** 4ª.Edição. Petrópolis. Vozes, 1991.

MARTIN-BARBERO, Jesús. Sujeito, comunicação e cultura. Revista Comunicação & Educação. São Paulo: Moderna/Eca-USP. maio/ago.1999. no. 15 – Entrevista concedida a Roseli Fígaro e Maria Aparecida Baccega.

MEIRELES, Clara. Anatel fecha Rádio Heliópolis; comunidade lamenta ação da polícia. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional/news>. Acesso em: ago. 2006.

MINISTÉRIO das Comunicações. Rádio Comunitária? Que novidade é essa e a que se destina?. Disponível em: [http://www.mc.gov.br/rc/print/o\\_que\\_e\\_print.htm](http://www.mc.gov.br/rc/print/o_que_e_print.htm). Acesso em 18 dez. 2007.

NAGLE, Jorge, **Educação e Sociedade: na Primeira República.** 2ª. Ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

NETTO, C.E.;ELIAS, B.; CACHIONI, M. O arraial globalizado. Jornal de Piracicaba, Piracicaba, 01 ago. Encarte Piracicaba 236 anos.

NORBERT, Elias. **O Processo Civilizador.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994, 2ª. ed. Tomos.

PEREIRA, Raimundo Rodrigues. Viva a imprensa alternativa. Viva a imprensa alternativa. In: Regina Festa e Carlos Eduardo Lins da Silva. **Comunicação popular e alternativa no Brasil.** Ed. Paulinas. São Paulo, 1986.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling, **Participação nas Rádios Comunitárias na Brasil,** paper apresentado no GT Cultura e Comunicação Popular, XXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, set. 1998.

-----, **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1998.

-----, **Comunicação Comunitária e Educação para a Cidadania**. Revista Fronteiras – estudos mediáticos, [S.l.], vol. III, n.1, p. 111-128. Set., 2001.

PIGATTI, Valionel Tomaz. **O que é uma rádio pirata?**. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/blue/20003/03/249552.shtml>. Acesso em 11 dez. 2007.

PIRACICABA Indústria. Disponível em: [www.visualy.com.br/default.asp](http://www.visualy.com.br/default.asp). Acesso em 02 jan. 2008.

QUEREM calar a voz do povo II: a violência contra as rádios comunitárias no Brasil. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org.CMIBrasil>. Acesso em: 15 dez. 2007.

REPLÚBLICA Federativa do Brasil: **Constituição 1988**, edição atualizada em 1995. Brasília: Câmara dos Deputados, coordenação de publicações, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, **História da Educação no Brasil: 1930/1973**. 29ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

RUAS, Claudia Mara Stapani. **Rádio Comunitária: uma estratégia para o desenvolvimento local**. Campo Grande: UCDB, 2004.

SILVEIRA, Paulo Fernando, **Rádios Comunitárias**. 1ª. Edição. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

VOCABULÁRIO Tupi-Guarany. Disponível em <http://www.tupi-guarany.vilabol.uol.com.br/vocabulos.htm>. Acesso em 5 jan. 2008.

## **ANEXO I**

### **QUESTIONÁRIO PARA A RÁDIO BLACKOUT–JARDIM TATUAPÉ II**

**Pesquisador** - Quando foi criada a Rádio? Por quê?

**Mx Fúria** - A rádio Blackout foi fundada no ano de 2000, porque queríamos tocar nosso tipo de música e as rádios convencionais não tocavam. Achamos melhor montar uma rádio, juntamos dinheiro, compramos um transmissor e colocamos a rádio no ar.

**Pesquisador** - Qual é a proposta da rádio?

**Mx Fúria** – Nossa principal proposta é trabalhar com membros da comunidade, é dar oportunidade para eles se manifestarem, por exemplo, o programa Ensaio Geral, abre espaço para os artistas do bairro mostrarem seus trabalhos. Queremos montar uma biblioteca aqui para as pessoas terem acesso a livros e não mais precisarem ir até o centro da cidade, com isso eles economizarão dinheiro do ônibus. Queremos ainda abrir uma sala com computadores para a comunidade ter acesso à Internet sem custo nenhum. A rádio é um instrumento de divulgação dos moradores.

**Pesquisador** - Qual é o alvo, os ouvintes? A rádio só é ouvida no Jardim Tatuapé II?

**Mx Fúria** – São os jovens, porque entendemos que é preciso educá-los, não para o mundo das drogas. Às vezes, tocamos um Rap e a ‘fita é o seguinte’: fazemos alguns comentários e tentamos mostrar para o ouvinte que tá tudo limpo e tudo tá legal, ele vê que a música tem início, meio e fim. Falamos que o tráfico não tem aposentadoria e sim cadeira de rodas ou a morte. Acreditamos ser uma maneira de educar. Quem ouve fica esperto nas idéias, se está vai querer cair fora e quem não está não vai querer entrar. Vai mudar a maneira de pensar. Tentamos passar através da música para que a pessoa entenda. Na favela tem evangélico, católico, trabalhador e vagabundo um pouco de tudo como em todo lugar. Escutando um Rap, você pode fazer o céu ou o inferno. Mas quando você está dentro de casa é

o céu, porque se você não tem família você não tem nada. Caras da antiga (pessoas de outra geração) que se casou e está coma família e não vai pras festas, quer curtir o som que ouvia antigamente. Na casa dele tomando uma cerveja, um vinho ele curte a rádio. Outro que se tornou evangélico, mas não pode falar pra todo mundo fica na casa dele ouvindo baixinho. Muita gente curte a rádio! A rádio é ouvida na cidade inteira, a gente não quer tocar pra riquinho playboy, quer tocar pra comunidade, pra pobre, favelado. É lá que tem grupo de pagode, de Rap, onde se encontra o nosso povo sofredor.

**Pesquisador** - A comunidade tem participação na programação? Qual? Como?

**Mx Fúria** – Tem, todos os programas são apresentados por membros da comunidade. O cara tem vontade a gente dá espaço, ele faz um teste, se aprovado pela comunidade, a gente faz uma pesquisa nas ruas perguntando para os ouvintes se gostaram, se aprovado ele fará o programa. Recebemos telefonemas, cartas e se alguém tem um trabalho pra mostrar, procura o apresentador do programa para marcar uma entrevista e mostrar o trabalho ao vivo. Daí pode surgir oportunidade para ele se apresentar em bares, lanchonetes do bairro e em outros lugares.

**Pesquisador** - Quanto tempo à rádio fica no ar?

**Mx Fúria** - 24 horas, depois da 1h30 é programada e só toca música até às 6 horas, quando começa o primeiro programa.

**Pesquisador** - Quais são os programas apresentados pela rádio?

**Mx Fúria** - 10 programas de segunda a sexta-feira.

Evangélico - das 6 às 10 horas.

Manhã 99 - som variado, das 10 às 12 horas.

Dr. Rap - das 12 às 14 horas.

Suingue do samba Blackout – das 14 às 15h30.

Balada – das 15h30 às 17 horas.

Evangélico – das 17 às 18h30.

Samba bem – das 18h30 às 20 horas.

Trilha do Rap – das 20 às 22 horas

Evangélico – das 22 às 23h30.

Fim de noite – das 23h30 à 1h30.

No final de semana a programação é variada.

**Pesquisador** - Qual o critério para apresentar programa na rádio?

**Mx Fúria** – Não pode vender droga; não pode estar sujo com os homens (pode ser preso a qualquer momento), senão eles vêm aqui; tem que ter consciência para poder ajudar a rádio a andar pra frente.

**Pesquisador** - Quem patrocina os programas?

**Mx Fúria** – Sobrevivemos de apoio cultural que vem do cara que corta cabelo ali na esquina, a senhora que vende coxinha, a gente permuta. O povo não tem dinheiro, o apresentador senta sem janta, aí ele pede uma pizza.

**Pesquisador** - Quais os programas mais ouvidos pelo público?

**Mx Fúria** – Todos, o telefone não para de tocar. O Rap é o mais ouvido, o telefone toca um pouco mais.

**Pesquisador** - Como vocês têm avaliado o papel educativo da rádio? Que resultados vocês têm hoje nesse aspecto?

**Mx Fúria** – As pessoas jogavam lixo na área verde e saquinho de lixo na rua, agora elas aguardam o dia certo do lixeiro passar. Nas campanhas das vacinas, as pessoas vão no dia certo. Falamos da importância do exame de mama, do perigo da dengue. Colocamos spots (chamada de texto) feitas por nós e pela FM Educativa.

Hoje temos uma comunidade mais educada, tem melhorado. O público jovem está mais consciente entendendo a importância da política.

**Pesquisador** - Qual o alcance de público que esta rádio atualmente tem?

**Mx Fúria** – Se as convencionais têm 100 mil ouvintes, calculamos 80 mil. Nossa rádio chega na cidade inteira, em todos os bairros.

**Pesquisador** - Qual a repercussão social da rádio no bairro, na sua opinião?

**Mx Fúria** – É de utilidade pública, as pessoas gostam. Quando ficamos duas horas fora do ar por algum motivo, elas ligam perguntando o que houve.

**Pesquisador** - É possível transmitir conhecimentos importantes à população através dos programas das rádios? Quais, por exemplo?

**Mx Fúria** – Com certeza, na educação, parte social, divulgar documentos perdidos, acha rapidinho. Conhecimentos? Sempre fazemos alguns comentários depois das músicas. Damos incentivos aos ouvintes sem emprego, sem comida. Desanima, não. Hoje tá ruim amanhã melhora!

**Nome: Mx Fúria**  
**Cargo ou função: diretor presidente**  
**Há quanto tempo: 7 anos**

## **ANEXO II**

### **QUESTIONÁRIO PARA A RÁDIO NOVA CIDADE - CECAP**

**Pesquisador** - Quando foi criada a Rádio? Por quê?

**Rádio Nova Cidade** – A rádio Nova Cidade foi fundada em 30 de maio de 2003 e foi ao ar pela primeira vez em 15 de novembro de 2003. Criada pela Associação de Amigos e Cultural do Cecap. O objetivo é informar e ao mesmo tempo unir toda a comunidade.

**Pesquisador** - Qual é a proposta da rádio?

**Rádio Nova Cidade** – A principal proposta é levar informação, prestação de serviço, boa música, entretenimento, lazer, entre outras.

**Pesquisador** - Qual é o alvo, os ouvintes? A rádio só é ouvida no Cecap?

**Rádio Nova Cidade** – Todos os ouvintes do bairro e da região que são amantes da rádio. A rádio é ouvida no Cecap, nas proximidades e região.

**Pesquisador** - A comunidade tem participação na programação? Qual? Como?

**Rádio Nova Cidade** – Sim. A comunidade participa através de sugestões, prestação de serviços, ligações etc. Colabora também com trabalhos voluntários na área da locução, informática, música.

**Pesquisador** - Quanto tempo a rádio fica no ar?

**Rádio Nova Cidade** – A rádio permanece 24 horas no ar.

**Pesquisador** - Quais são os programas apresentados pela rádio?

**Rádio Nova Cidade** – Alguns programas específicos como: 60 minutos com o rei Roberto Carlos, Forró da Nova Cidade, no Ritmo da Jovem Guarda, Flash Back, Encontro com a Viola, sertanejo, raiz e cururu, programa transmitido ao vivo direto do Centro Comunitário, Bom Dia Cidade, com músicas atuais, Sertanejão da Nova Cidade, Viola com Alegria, entre outros.

**Pesquisador** - Qual o critério para apresentar programa na rádio?

**Rádio Nova Cidade** - Criar um projeto de programa, apresentar a associação e ao diretor artístico, é feito um pequeno treinamento, é exigido também o mínimo de

profissionalismo e uma boa convivência com a comunidade, tendo que colaborar na adesão de apoio cultural.

**Pesquisador** - Quem patrocina os programas?

**Rádio Nova Cidade** – O comércio da região patrocina através dos apoios culturais e também através do programa do sócio contribuinte.

**Pesquisador** - Quais os programas mais ouvidos pelo público?

**Rádio Nova Cidade** – Sertanejo, Forró, Jovem Guarda, Roberto Carlos, Flash Back, Bom Dia Cidade e outros. Toda a programação tem boa aceitação e participação da comunidade, mudando apenas o perfil em idade e preferência por algum gênero específico de música.

**Pesquisador** - Como vocês têm avaliado o papel educativo da rádio? Que resultados vocês têm hoje nesse aspecto?

**Rádio Nova Cidade** – A avaliação é a melhor possível, pois através das informações transmitidas pela rádio a comunidade percebe as tantas coisas que precisam ser mudadas. Um exemplo desse papel educativo seria a divulgação do disque denúncia pela rádio, fazendo com que a nossa região fosse a mais participativa. Outro exemplo é o programa Encontro com a Viola que dá oportunidade para novos talentos da música. Há também a divulgação dos programas de educação como o de capoeira, e outros projetos realizados pelos Centros Comunitários do bairro e da região.

**Pesquisador** - Qual o alcance de público que esta rádio atualmente tem?

**Rádio Nova Cidade** – Em torno de 20 mil pessoas.

**Pesquisador** - Qual a repercussão social da rádio no bairro, em sua opinião?

**Rádio Nova Cidade** – A repercussão social é positiva, pois a rádio consegue informar um grande número de pessoas quanto a eventos no bairro e região, divulgação das várias campanhas de vacinação anual, cursos gratuitos oferecidos pelos Centros Comunitários da região, entre outros. Também são apresentados todos os sábados a missa ao vivo e também o programa evangélico (que vai ao ar de segunda a sexta-feira feita com uma hora diária, abrangendo, assim, todos os

ouvintes em relação a religiosidade). Por esse e por outros motivos a rádio possui uma ótima repercussão social.

**Pesquisador** - É possível transmitir conhecimentos importantes à população através dos programas das rádios? Quais, por exemplo?

**Rádio Nova Cidade** – Sim. Todos os dias são transmitidos notícias para a comunidade, entre elas previsão do tempo na cidade, fatos históricos ocorridos no dia, prestação de serviços etc.

**Nome: Antônio Bortoleto**  
**Cargo ou função: Diretor Fiscal**  
**Há quanto tempo: 5 anos**

## **ANEXO III**

### **QUESTIONÁRIO PARA A RÁDIO COMUNITÁRIA HELIÓPOLIS**

**Pesquisador** - Quando foi criada a Rádio? Por quê?

**Cláudia Pires** – A possibilidade de montar um sistema de veiculação de informação e entretenimento através de rádio surgiu em 1989. A concretização da mesma só aconteceu no dia 23 de maio de 1992; com um transmissor, uma antena, uma mesa de som, um aparelho de CD, uma vitrola e cornetas espalhadas pela comunidade, foi inaugurada a Rádio Popular de Heliópolis. Os moradores faziam diversas reuniões de moradia, mas não havia como avisar a todos, portanto criou-se a Rádio para facilitar a comunicação entre os moradores da comunidade. Já em 97 ela passou a ser FM em uma frequência modulada, como Rádio Comunitária Heliópolis, sintonizada na frequência 102.3. foi o início da luta contra a Polícia Federal.

**Pesquisador** - Qual é a proposta da rádio?

**Cláudia Pires** – A proposta da Rádio Comunitária Heliópolis é informar seus ouvintes e comunidade de seus direitos e deveres. Não cobrar nada de artistas seja ele da comunidade ou de fora. Passar qualquer tipo de música e não deixar religião nenhuma influenciar na programação da rádio.

**Pesquisador** -. Qual é o alvo, os ouvintes? A rádio só é ouvida na Favela Heliópolis?

**Cláudia Pires** – O público alvo da rádio é dar prioridade aos problemas da comunidade e informar os ouvintes, seja de saúde, educação, lazer, enfim, não importa. Os ouvintes são todos, de todas as idades, raças e das regiões norte, nordeste de origem da sua própria terra. A Rádio tem um alcance também na Vila Alpina, zona leste de SP, cidade de São Caetano do Sul e os bairros vizinhos a Heliópolis.

**Pesquisador** - A comunidade tem participação na programação? Qual? Como?

**Cláudia Pires** – A comunidade participa bastante, no entanto, quando a rádio foi fechada no dia 20 de julho de 2006 pela Polícia Federal, foi um sufoco para explicarmos a comunidade o que tinha acontecido. Mas a participação vem através de bilhetinhos, recado nas ruas quando o locutor passa, ou a própria visita do ouvinte pessoalmente e ligações telefônicas.

**Pesquisador** - Quanto tempo à rádio fica no ar?

**Cláudia Pires** - A Rádio permanece no ar das 6h às 01h, logo após o último locutor desliga a rádio e a tira do ar.

**Pesquisador** - Quais são os programas apresentados pela rádio:

Grade de Programação – Agosto 2007

Horário	Programa	Estilo musical	Conteúdo do Programa
<b>Segunda a sexta</b>			
6h às 07h50minh	Bom dia Heliopolis - Acorda Comunidade Luiz Resende	Sertanejo	Resgata a cultura sertaneja e a música de raiz. Informa hora certa e as principais manchetes jornalísticas do dia.
8h às 09h50minh	<b>Roberto Carlos e Convidados</b> Libera e Renato	Jovem Guarda	Seleção de sucessos da Jovem Guarda e convidados atuais. Comenta fatos da época que mudaram a cara da música e da sociedade brasileira. Divulga horóscopo e as principais notícias dos jornais e da comunidade.
10h às 11h50minh	<b>Frequência do Sucesso</b> Montar a equipe	Variado	Destaca os informes da UNAS, as notícias da região, direitos e deveres, prevenção às DST/AIDS e sexualidade.
12h às 12h50minh	A voz da UNAS – Cartaz Social	Notícia	Noticias da comunidade.
13h às 14h50minh	<b>Mistura de Ritmos</b>	Variado	Notícias da Comunidade do Brasil e do Mundo
16 as 16h50minh	<b>Forrozão da Heliopolis</b> <b>Zenildo Ribeiro</b>	Forro	
17h às 18h10minh	<b>Orando com fé</b> Fátima e Edna	Religioso	Hinos, estudo da bíblia e programação das diversas Igrejas católicas da região.
18h10minh às 20h	<b>Revolução Rap</b> Reginaldo e equipe	<i>Rap</i>	Aborda questões ligadas à sexualidade, prevenção as dst/AIDS e à prevenção ao uso de drogas.

20h10minh às 22h	<b>Pá Daqui Pá de Lá</b> Daimon, GABY E EQUIPE.	Variado	Programa humorístico, musical sem discriminação de raça, credo ou etnia.
22h10minh às 00h	Lembranças inesquecíveis Vagner	Romântico	Mistura emoções do passado e do presente através de canções românticas nacionais e internacionais.
00h as 01h	<b>A voz do Brasil</b>	Noticia	Noticias do Brasil e do Mundo

Horário	Programa	Estilo musical	Conteúdo do Programa
<b>Fim de Semana</b>			
6h às 8h	<b>Programa Evangélico</b> Aelio e equipe	Evangélico	Prega a palavra de Deus através Bíblia sem discriminação às outras religiões, convidando as pessoas a participar de uma Igreja.
8h às 10h	<b>O sucesso quem faz e você</b> Cida Lourenço e Fabio de Oliveira	Variado	Musica e noticia
10h às 12h	Frequência do sucesso Claudinha e Equipe	Variado	Destaca os informes da UNAS, as notícias da região, direitos e deveres, prevenção às DST/AIDS e sexualidade.
12h às 14h	<b>Axé Rogerinho, GABY E Andresa.</b>	Axé	Divulga as mais quentes baladas da região dando sempre enfoco nas noticias.
14h às 16h	<b>Toca tudo</b> Geronino Barbosa, Max e Fábio de Oliveira	Variado	Mistura bom humor, descontração, animação e informação. Dá dicas sobre os locais das baladas da região, sejam de forró ou outros estilos.
16h às 18h	<b>Show Mix</b> Filinto e equipe	Variado	Voltada para a juventude de Heliopolis e Noticias da comunidade do Brasil e do Mundo.
18h às 20h	<b>Ritmos Blak</b> Danilo Barreto (mano zoio)	blak	Trabalham questões como sexualidade e prevenção às drogas para o público adolescente.
20h às 22h	<b>Estilo Musical</b> Zefinha e equipe	Variado	Mistura estilos musicais do passado e do presente da música brasileira. Informa a comunidade sobre seus direitos e deveres.

**Pesquisador** - Qual o critério para apresentar programa na rádio?

**Cláudia Pires** - Ter espírito de equipe, gostar de trabalhar em público, ficar ciente de que todos são voluntários e o que se ganha é o reconhecimento da comunidade, carinho dos ouvintes e a gratificação em ajudar as pessoas.

**Pesquisadores** - Quem patrocina seus programas?

**Cláudia Pires** - Na verdade a rádio não tem patrocínio até o momento. Escrevemos um projeto para a prefeitura de SP, mas até agora não se sabe a resposta. Nós temos os apoios culturais que na verdade seria as propagandas, que quem anuncia são comerciantes da comunidade, o barzinho da esquina a padaria, enfim, comerciantes da região.

**Pesquisador** - Quais os programas mais ouvidos pelo público?

**Cláudia Pires** - Segundo uma pesquisa feita em 2002 pela jornalista Márcia Detone da BBC de Londres, cerca de 30% da comunidade de Heliópolis ouvia a rádio. O programa mais ouvido na época era o Só Axé feito durante a semana, Revolução Rap e Frequência do Sucesso. Hoje a rádio não tem nenhuma pesquisa que mostre resultados dessa forma, tanto por que a maior audiência mesmo é São Caetano do Sul. A forma que temos aqui na rádio de saber o índice de audiência das programações é o ouvinte participando. Hoje o que se mais comenta nas ruas da favela ou até mesmo em outras programações é que o público gosta de saber do horóscopo e que sente falta dos médicos que faziam programa de DST/Aids. Mesmo por que o nosso público é bastante diversificado, temos todos os tipos de músicas para todas as faixas etárias.

**Pesquisador** - Como vocês têm avaliado o papel educativo da rádio? Que resultados vocês têm hoje nesse aspecto?

**Cláudia Pires** - Os resultados são positivos, mas nunca vamos nos sentirem totalmente realizados, porém tentamos fazer um trabalho educativo não só com adolescentes, mas também com os adultos e idosos. Esse trabalho tem dado resultados positivos, principalmente da tentativa de reeducar as pessoas e conscientiza-las. Principalmente na questão do lixo, as pessoas aqui hoje sabem que quem mora em becos e vielas tem que colocar o lixo na esquina da viela para

facilitar o pessoal que trabalha. Enfim, diversos trabalhos, mas sempre buscamos mais resultados, afinal nem tudo é tão positivo.

**Pesquisador** - Qual o alcance de público que esta rádio atualmente tem?

**Cláudia Pires** - Na verdade não sabemos, hoje a radio não chega apenas em Heliópolis mais também nas de mais regiões e município de São Caetano do Sul.

**Pesquisador** - Qual a repercussão social da rádio no bairro, na sua opinião?

**Cláudia Pires** - Bastante grandiosa, portanto, quando a rádio se manteve fechada por questões burocráticas do ministério e anatel, as pessoas nos cobravam muito, e ainda tinha gente que nos procuram pra ajudar em pessoas desaparecidas e documentos perdidos. Então nós podemos hoje ver a importância que a radio tem para a comunidade e as de mais pessoas que precisam dela para reivindicar seus direitos com o subprefeito da região, entre outras coisas.

**Pesquisador** - É possível transmitir conhecimentos importantes à população através dos programas das rádios? Quais, por exemplo?

**Cláudia Pires** - Claro que sim, sempre é tudo muito importante transmitir, seja uma noticia ou até mesmo uma dica de saúde, alimentação, higiene bucal, cuidar bem dos seus filhos, cuidados domésticos, não gastar energia de mais, enfim, e o principal a saúde e os direitos do cidadão.

**Nome: Cláudia Rocha Neves Pires**  
**Cargo ou função: Coordenadora de Jornalismo**  
**Há quanto tempo: 5 anos**

## **ANEXO IV**

### **Rádio Comunitária LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.**

Art. 1º - Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

§ 1º - Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º - Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

Art. 2º - O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e demais disposições legais.

Parágrafo único. O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

- I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;
- II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;
- III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;
- IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;
- V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art 4º - As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

- I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;
- II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;
- III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ 2º - As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º - Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 5º - O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região.

Art. 6º - Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

Parágrafo único. A outorga terá validade de três anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.

Art. 7º - São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Art. 8º - A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Art. 9º - Para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.

§ 1º - Analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

§ 2º - As entidades deverão apresentar, no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos:

- I - estatuto da entidade, devidamente registrado;
- II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;
- III - prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;
- IV - comprovação de maioria dos diretores;
- V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço;
- VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

§ 3º - Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.

§ 4º - Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

§ 5º - Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior, o Poder Concedente procederá à escolha da entidade levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida e/ou por associações que a representem.

§ 6º - Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio.

Art. 10º - A cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. É vedada a outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como à entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.

Art. 11º - A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 12º - É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 13º - A entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária pode realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência do Poder Concedente, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga da autorização, devendo apresentar, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente

registrados ou averbados na repartição competente, dentro do prazo de trinta dias contados de sua efetivação.

Art. 14º - Os equipamentos de transmissão utilizados no Serviço de Radiodifusão Comunitária serão pré-sintonizados na frequência de operação designada para o serviço e devem ser homologados ou certificados pelo Poder Concedente.

Art. 15º - As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Art. 16º - É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, definidas em leis.

Art. 17º - As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária cumprirão tempo mínimo de operação diária a ser fixado na regulamentação desta Lei.

Art. 18º - As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Art. 19º - É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Art. 20º - Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço.

Art. 21º - Constituem infrações na operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

I - usar equipamentos fora das especificações autorizadas pelo Poder Concedente;

II - transferir a terceiros os direitos ou procedimentos de execução do serviço;

III - permanecer fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;

IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

Parágrafo único. As penalidades aplicáveis em decorrência das infrações cometidas são:

I - advertência;

II - multa; e

III - na reincidência, revogação da autorização.

Art. 22º - As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

Art. 23º - Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a

interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.

Art. 24º - A outorga de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária fica sujeita a pagamento de taxa simbólica, para efeito de cadastramento, cujo valor e condições serão estabelecidos pelo Poder Concedente.

Art. 25º - O Poder Concedente baixará os atos complementares necessários à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Fonte: Ministério das Comunicações

## ANEXO V

### ANEXO 1 - MODELO DE REQUERIMENTO

#### FORMULÁRIO PADRONIZADO MODELO A-1

#### **REQUERIMENTO DE DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

*Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações,*

A \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_ (denominação da requerente), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_\_\_, com sede \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_-\_\_\_\_, telefone 0XX-\_\_\_\_-\_\_\_\_, correio eletrônico \_\_\_\_\_, entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no órgão competente, vem, respeitosamente à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, nos termos de que trata o item 3 da Norma Complementar nº 1/2004, demonstrar seu interesse em executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na área abrangida pelo círculo de raio igual a 1 Km, com centro localizado na \_\_\_\_\_, (endereço completo), de coordenadas geográficas \_\_\_\_\_° \_\_\_\_\_' \_\_\_\_\_"S de latitude e \_\_\_\_\_° \_\_\_\_\_' \_\_\_\_\_"W de longitude, onde pretende instalar o sistema irradiante de sua estação, e solicitar a designação de canal para a execução do Serviço.

*Declaro ter conhecimento de que o presente requerimento se destina somente a registro de dados no Sistema de Informação do Serviço de Radiodifusão Comunitária - Sistema RadCom para conhecimento, pelo Ministério das Comunicações, do interesse desta entidade em executar o Serviço na localidade informada, não gerando qualquer direito referente à autorização para essa execução.*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de  
200\_\_\_.  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
assinatura do representante da entidade

Nome \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ representante \_\_\_\_\_ da \_\_\_\_\_ entidade:

CPF: \_\_\_\_\_

*Endereço para correspondência*

: \_\_\_\_\_, na cidade de  
\_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP  
\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_,

*Telefone para contato: OXX-*\_\_\_\_\_-\_\_\_\_\_;

Correio eletrônico (e-mail):

\_\_\_\_\_

**ANEXO 2 - MODELO DE REQUERIMENTO**  
**FORMULÁRIO PADRONIZADO MODELO A-2**

REQUERIMENTO PARA AUTORIZAÇÃO  
EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA

*Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,*

A \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_ ,

*(denominação da requerente), inscrita no CNPJ sob o nº*  
*\_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, com sede*

\_\_\_\_\_  
*na cidade de \_\_\_\_\_, Estado*  
*\_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, Telefone*  
*0XX(\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, correio eletrônico*

\_\_\_\_\_  
*entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada no*  
*órgão competente, vem, respeitosamente à presença de V. Ex.<sup>a</sup>, em atendimento*  
*ao Aviso \_\_\_\_\_, apresentar a documentação de que trata o item 7 da Norma*  
*nº 1/2004 – Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária,*  
*aprovada pela Portaria MC nº 103, de 23 de janeiro de 2004, publicada no Diário*  
*Oficial da União de 26 subsequente.*

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de  
200\_\_\_.  
(local e data)

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da entidade)

Nome do representante da entidade:

CPF: \_\_\_\_\_

### I – RELAÇÃO DE DOCUMENTOS APRESENTADOS

1 – Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF	Sim	Não
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2 – Estatuto Social, devidamente registrado	Sim	Não
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3 – Ata de Constituição da entidade devidamente registrada	Sim	Não
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 – Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada	Sim	Não
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5 – Relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais e jurídicas	Sim	Não
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6 – Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos	Sim	Não
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7 – Prova de que seus diretores são maiores de dezoito anos ou emancipados	Sim	Não
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8 – Declaração, assinada pelo representante legal, especificando o endereço completo da sede da entidade	Sim	Não
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso	Sim	Não
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10 – Declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço	Sim	Não
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados	Sim	Não

12 – Declaração, assinada pelo representante legal, constando a denominação de fantasia da emissora, se houver	Sim	Não

13 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1 da Norma Complementar nº 1/2004	Sim	Não

14 – Declaração, assinada por profissional habilitado ou por representante legal da entidade, confirmando as coordenadas geográficas, na padronização GPS-SAD69 ou WGS 84, e o endereço proposto para instalação do sistema irradiante	Sim	Não

15 – Declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade apresentará Projeto Técnico de acordo com as disposições da Norma Complementar nº 1/2004 e com os dados indicados em seu requerimento, caso seja selecionado	Sim	Não

16 – Comprovante de recolhimento de taxa relativa às despesas de cadastramento	Sim	Não

## II – MANIFESTAÇÕES DE APOIO

1 – Manifestação de apoio individual contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e a assinatura do declarante	Sim	Não
1.1 – Soma das manifestações individuais apresentadas		

2 – Manifestação de apoio coletiva, apresentada sob a forma de abaixo-assinado, contendo o nome, o número da identidade, o endereço do domicílio ou residência, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e a assinatura de cada declarante	Sim	Não
2.1 – Soma das assinaturas constantes das manifestações de apoio coletivas, apresentadas sob a forma de abaixo-assinado		

3 – Manifestação de apoio apresentada por entidades associativas e comunitárias,	Sim	Não
--	-----	-----

legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a execução do Serviço, contendo a denominação da entidade apoiadora, o endereço da sede, o Código de Endereçamento Postal (CEP) e assinatura do representante legal		
3.1 – Soma das manifestações de apoio das entidades associativas e comunitárias apresentadas		

4 – Manifestação de apoio dos associados da entidade requerente comprovada por meio de assinaturas constantes de Ata de Assembléia Geral, convocada especialmente para manifestar apoio à iniciativa de requerer a autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária	Sim	Não
4.1 – Soma das assinaturas constantes da Ata de Assembléia Geral		

### III – ACORDO PARA ASSOCIAÇÃO DAS ENTIDADES

Caso exista mais de uma entidade concorrente na mesma área de serviço, a requerente declara que concorda em associar-se às demais entidades.	Sim	Não

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo relativo a solicitação de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada em original ou cópia autenticada e em conformidade com o subitem 7.2 da Norma Complementar nº 1/2004, bem como as afirmações feitas são verdadeiras e de minha inteira responsabilidade.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal da entidade)

Indicar abaixo os endereços para correspondência e do sistema irradiante, de modo agilizar o seu cadastro e andamento do processo.

Endereço para correspondência : \_\_\_\_\_, na  
cidade de \_\_\_\_\_, Estado \_\_\_\_\_, CEP  
\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_,

Telefone para contato: OXX-\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_;

Correio eletrônico (e-mail) \_\_\_\_\_,

Pretende instalar o sistema irradiante de sua estação na

\_\_\_\_\_ (endereço completo), de coordenadas geográficas: \_\_\_\_\_° \_\_\_\_\_' \_\_\_\_\_"S de latitude e \_\_\_\_\_° \_\_\_\_\_' \_\_\_\_\_"W de longitude.

**ATENÇÃO:** Se o encaminhamento for via postal, todos os documentos acima relacionados deverão ser apresentados juntamente com este requerimento.

## **NÃO ESQUEÇA!**

### **CASO SUA LOCALIDADE CONSTE DO AVISO DE HABILITAÇÃO, VERIFIQUE SE ENCAMINHOU TODOS OS DOCUMENTOS DA RELAÇÃO ABAIXO:**

<input type="checkbox"/>	a) cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ/MF;
<input type="checkbox"/>	b) Estatuto Social, devidamente registrado;
<input type="checkbox"/>	c) Ata de constituição da entidade e Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registradas;
<input type="checkbox"/>	d) relação contendo o nome de todos os associados pessoas naturais, com o número do CPF, número do documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ, número de registro no órgão competente e endereço da sede;
<input type="checkbox"/>	e) prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados;
<input type="checkbox"/>	f) manifestação de apoio à iniciativa, formulada por pessoas jurídicas legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a execução do Serviço ou na área urbana da localidade, conforme o caso, ou firmada por pessoas naturais que tenham residência ou domicílio nessa área;
<input type="checkbox"/>	g) declaração, assinada pelo representante legal, especificando o endereço completo da sede da entidade;
<input type="checkbox"/>	h) declaração, assinada pelo representante legal, de que todos os seus dirigentes residem na área da comunidade a ser atendida pela estação ou na área urbana da localidade, conforme o caso;
<input type="checkbox"/>	i) declaração, assinada por todos os diretores, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço;
<input type="checkbox"/>	j) declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como de que a entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados;
<input type="checkbox"/>	k) declaração, assinada pelo representante legal, constando a denominação de fantasia da emissora, se houver;
<input type="checkbox"/>	l) declaração, assinada pelo representante legal, de que o local pretendido para a instalação do sistema irradiante possibilita o atendimento do disposto no subitem 18.2.7.1 ou 18.2.7.1.1, disposto na Norma Complementar nº 1/2004;
<input type="checkbox"/>	m) declaração, assinada por profissional habilitado ou pelo representante legal da entidade, confirmando as coordenadas geográficas, na padronização GPS-SAD69 ou WGS84, e o endereço proposto para instalação do sistema irradiante;

( )	n) declaração, assinada pelo representante legal, de que a entidade apresentará Projeto Técnico, de acordo com as disposições da Norma Complementar nº 01/2004, e com os dados indicados em seu requerimento, caso seja selecionada; e
( )	o) comprovante de recolhimento da taxa relativa às despesas de cadastramento.
( )	p) requerimento de autorização(Modelo A-2), no original ou cópia autenticada, devidamente assinado pelo representante legal da entidade.